

OUTROS TÍTULOS DE INTERESSE:

História da Construção - Os Construtores

Arnaldo Sousa Melo e Maria do Carmo Ribeiro (coord.)

Construir, Habitar: A Casa Medieval

Manuel Sílvio Alves Conde

EVOLUÇÃO DA
PAISAGEM URBANA
SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO



EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA
SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO



EVOLUÇÃO DA
PAISAGEM URBANA
SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO



MARIA DO CARMO RIBEIRO

Professora Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigadora do CITCEM e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Doutorada em Arqueologia, na especialidade de Arqueologia da Paisagem e do Território, pela Universidade do Minho. A sua investigação tem-se centrado nas questões de urbanismo, morfologia urbana, arqueologia da arquitectura e história da construção.

ARNALDO SOUSA MELO

Professor Auxiliar do Departamento de História da Universidade do Minho, Investigador do CITCEM. Doutorado em História da Idade Média pela Universidade do Minho e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. O seu campo de investigação incide sobre a sociedade, economia, poderes e organização do espaço urbano medieval, em particular a organização do trabalho e da produção, incluindo a história da construção.

EVOLUÇÃO DA PAISAGEM URBANA SOCIEDADE E ECONOMIA

COORD.
MARIA DO CARMO RIBEIRO
ARNALDO SOUSA MELO



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FICHA TÉCNICA

Título: Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia

Coordenação: Maria do Carmo Ribeiro, Arnaldo Sousa Melo

Figura da capa: Detalhe do *Mappa da Cidade de Braga Primas*, 1755, atribuído a André Soares, pertencente à Biblioteca da Ajuda (Lisboa).

Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

Design gráfico: Helena Lobo www.hldesign.pt

ISBN: 978-989-97558-7-1

Depósito Legal: 343493/12

Concepção gráfica: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. www.sersilito.pt

Braga, Maio 2012

O CITCEM é financiado por Fundos Nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-OE/HIS/UI4059/2011

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo	5
<i>Nascita e sviluppo monumentale della città romana di Ostra (AN)</i>	
Pier Luigi Dall'Aglío, Michele Silani e Cristian Tassinari	9
<i>Urbanismo e Architettura de Bracara Augusta. Sociedade, economia e lazer</i>	
Manuela Martins, Jorge Ribeiro, Fernanda Magalhães e Cristina Braga	29
<i>Dalla città romana alla città tardoantica: trasformazioni e cambiamenti nelle città della pianura padana centro-occidentale</i>	
Pier Luigi Dall'Aglío, Kevin Ferrari e Gianluca Mete	69
<i>A evolução do tecido urbano flaviense desde Aquae Flaviae a Chaves Medieval: Síntese de Resultados</i>	
João Ribeiro	99
<i>Urbanismo e poder na fundação de Portugal: a reforma de Coimbra com instalação de Afonso Henriques</i>	
Walter Rossa	127
<i>A influência das atividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa</i>	
Maria do Carmo Ribeiro e Arnaldo Sousa Melo	145
<i>El impacto de las actividades industriales en el paisaje urbano de la Corona de Aragón (siglo XV)</i>	
Germán Navarro Espinach	173
<i>Entre os "ideais e a realidade". A urbanização do Porto na Baixa Idade Média</i>	
Helena Teixeira	185

<i>Casas da Câmara ou Paços do Concelho: espaços e poder na cidade tardo-medieval portuguesa</i>	
Luísa Trindade	209
<i>O Impacto da Rua Nova do Porto no urbanismo, construção e sociedade</i>	
Helena Pizarro.....	229
<i>Na passagem do Estreito: evolução urbana do “castelo pequeno” entre mouros e cristãos</i>	
Jorge Correia	243
<i>O Porto visto do rio</i>	
Luís Miguel Duarte.....	261
<i>The regulation of ‘nuisance’: civic government and the built environment in the medieval city</i>	
Sarah Rees Jones.....	283

URBANISMO E ARQUITETURA DE *BRACARA AUGUSTA*. SOCIEDADE, ECONOMIA E LAZER

MANUELA MARTINS¹;
JORGE RIBEIRO²
FERNANDA MAGALHÃES³
CRISTINA BRAGA⁴

1. INTRODUÇÃO

As cidades romanas, tal como todas as cidades, em qualquer tempo ou lugar, podem ser consideradas como organismos vivos em permanente mudança. No entanto, essa natureza mutante dos espaços urbanos só muito dificilmente pode ser percecionada pela arqueologia, que apenas nos fornece fragmentos de uma realidade material, que pouco diz sobre o sentir, os compromissos e os conflitos e contradições das gentes que construíram, usaram e transformaram as cidades.

Na verdade, o registo arqueológico, feito de estruturas, construções, ou objetos, não constitui senão um pálido reflexo das complexas realidades sociais, económicas ou ideológicas, que estiveram na origem de espaços e edifícios que outrora representaram os animados cenários da vida urbana. Por outro lado, a natureza complexa do registo arqueológico urbano não facilita a construção de cronologias finas, mais conformes ao tempo social. Na verdade, a arqueologia apenas pode fornecer faseamentos grosseiros da evolução urbana, pelo carácter fragmentário

¹ Professora Catedrática do Departamento de História da Universidade do Minho; responsável da Unidade de Arqueologia; investigadora do CITCEM, mmmartins@uaum.uminho.pt.

² Bolseiro pós-Doc da FCT; assistente convidado do Departamento de História da Universidade do Minho; investigador do CITCEM, joribeiro@portugalmail.pt

³ Colaboradora do Projecto de *Bracara Augusta* (UAUM); investigadora do CITCEM, fernanda.epmagalhaes@gmail.com

⁴ Colaboradora do Projecto de *Bracara Augusta* (UAUM); investigadora do CITCEM, cristina_arqueo@hotmail.com

dos dados, mas, sobretudo, pela dificuldade em apreendermos as mudanças de significado dos espaços, ou as pequenas alterações que neles ocorreram, sempre difíceis de datar com precisão. O registo arqueológico apenas nos pode revelar aquelas que foram as grandes mudanças estruturais na organização dos edifícios, cujos vestígios, interpretados em sucessão, nos permitem fasear as principais etapas da evolução urbana.

A imagem que se oferece dos espaços urbanos do Império romano ocidental é, por isso, quase sempre fragmentada e imprecisa, apesar dos importantes contributos fornecidos pela arqueologia urbana, que revolucionaram o conhecimento relativo a muitas cidades do mundo romano ocidental, cuja existência física era praticamente desconhecida até aos anos 70 do século passado.⁵

Assim aconteceu com *Bracara Augusta*, cidade que vem sendo paulatinamente descoberta pela arqueologia urbana realizada na cidade de Braga desde 1976. Por isso, apesar de todas as limitações inerentes à interpretação do registo arqueológico é necessariamente a ele que temos que recorrer para esboçar as linhas gerais da evolução do espaço urbano e para analisar as arquiteturas que nos falam da sociedade, das atividades económicas e do lazer, tema deste trabalho.

A cidade de *Bracara Augusta* deve a sua descoberta física ao progressivo avanço da urbanização da Braga moderna sobre os terrenos abandonados da antiga cidade romana, processo que se iniciou na década de 50 do século XX e se intensificou nas seguintes, justificando a criação, em Braga, de uma equipa de arqueologia urbana em 1976⁶. Desde então, realizaram-se largas dezenas de intervenções arqueológicas que foram trazendo à luz do dia numerosos vestígios da cidade romana, valorizados no âmbito do “Projecto de *Bracara Augusta*”, da responsabilidade da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

Como cidade sobreposta, a Braga romana descobre-se por via das escavações. No entanto, o seu conhecimento está inevitavelmente sujeito a numerosos constrangimentos, relacionados, quer com o carácter descontínuo das áreas intervencionadas, que não permite elaborar leituras amplas do espaço urbano, quer com a reutilização sistemática dos materiais de construção romanos, ao longo de diferentes épocas, facto que fez desaparecer muitos dos vestígios arquitetónicos mais expressivos do seu edificado. Por outro lado, importa salientar as significativas destruições ocor-

⁵ Destacamos neste âmbito os conhecimentos disponíveis sobre o urbanismo da Gália romana, objeto de uma abordagem de síntese por parte de R. Bedon, R. Chevalier e P. Pinon (1988), significativamente ampliados pela arqueologia preventiva e valorizados em recentes trabalhos (Bedon 1999; Coulon e Golvin 2006; Martial e Tranoy 2008).

⁶ Sobre os condicionalismos que presidiram ao desenvolvimento da arqueologia urbana em Braga e aos seus resultados poderão consultar-se vários trabalhos, que dão conta da origem e evolução do “Projecto de *Bracara Augusta*” (Martins e Lemos 1997-98: 9-22; Martins *et al.* 2006: 9-30).

ridas nalguns setores da cidade, sobretudo entre as décadas de 50 e 70 do século passado, que nos impossibilitam definir com rigor os limites da cidade romana e caracterizar os seus subúrbios, uma vez que os terrenos que lhes correspondiam foram os primeiros a ser afetados pela urbanização moderna⁷.

Pese embora todos os constrangimentos referidos, próprios da arqueologia realizada nas cidades, importa salientar que grande parte dos conhecimentos referentes ao urbanismo, arquitetura, economia e sociedade de *Bracara Augusta* provêm de uma reflexão continuada dos testemunhos arqueológicos exumados em vários locais da cidade de Braga, que nos permitem valorizar o tema sugerido para esta comunicação.

2. A EVOLUÇÃO URBANA DE *BRACARA AUGUSTA*

2.1. A fundação: problemas e especificidades

Podemos afirmar que *Bracara Augusta* faz parte do pacote de cidades planificadas, criadas *ex novo* por Augusto, no fim das guerras cantábricas, no âmbito da reorganização provincial da Hispânia. No entanto, a data exata da fundação da cidade é ainda controversa, tal como acontece com a que se reporta à reforma provincial. De facto, alguns autores situam a nova *divisio* provincial entre o ano 27 a.C. e o ano 12 a.C., data da morte de *Agrippa*, a quem Augusto teria confiado, em 19 a.C., a solução definitiva do conflito cantábrico e a organização dos territórios recém-conquistados. Considerando que o último episódio bélico que encerrou o longo ciclo da conquista da península Ibérica⁸ teve lugar no ano 16 a.C.⁹ é habitualmente essa a data sugerida, quer para a reorganização provincial, quer para o programa fundacional de novas cidades. Tendo por base as referências de Plínio (III, 118), sabemos que as regiões de *Asturia* e *Gallaecia* terão inicialmente sido integradas na província da Lusitânia, que se estenderia até ao Cantábrico¹⁰. No entanto, a *tabula* de bronze de Bembibre, redigida no ano 15a.C.¹¹, refere explicitamente aquelas regiões como integradas numa província Transduriana, governada pelo *legatus* Lucio Sestio Quirinal, facto que demonstra que a *divisio* de *Agrippa*

⁷ As múltiplas, mas sumárias descrições de achados e ruínas, desenterrados do subsolo das áreas limítrofes da cidade, mau grado constituírem importante acervo informativo para a história das investigações de *Bracara Augusta* representam, todavia, modesta contribuição para o estudo do seu urbanismo e arquitetura, pelas imprecisões que contêm.

⁸ Bravo Castañeda 2007: 109.

⁹ Tranoy 1981: 146-147.

¹⁰ Tranoy 1981:146.

¹¹ Sánchez Palencia e Mangas 2000; Grau e Hoyas [eds] 2001.

foi alterada, antes dos referidos territórios ficarem definitivamente integrados na Tarraconense, em data incerta, que alguns autores situam entre 16 e 13 a.C., data em que Augusto terá permanecido na Gália e na Hispânia¹² e outros entre 12 e 7 a.C.¹³.

As hesitações relativas ao melhor enquadramento a dar aos territórios do NO Peninsular, que chegaram a justificar a sua inclusão numa província autónoma (Transduriana), parecem refletir o reconhecimento por parte de Roma da especificidade dessa região, relativamente aos territórios da Lusitânia e da Citerior, demonstrando igualmente que a reorganização provincial da Hispânia e, muito provavelmente também, a fundação das cidades do NO peninsular, constituíram processos dinâmicos que terão envolvido inevitáveis compromissos entre o poder romano e as elites indígenas, conforme é sugerido pelo teor dos dados epigráficos disponíveis¹⁴. É ainda a epigrafia que demonstra que a criação dos conventos jurídicos foi obra de Augusto e não dos imperadores Flávios, conforme foi tradicionalmente sugerido¹⁵. De facto, a referência na *tabula Lougeiorum*, datada do ano 1¹⁶, ao *conventus Arae Augustae* não parece deixar dúvidas quanto à cronologia augustal da subdivisão das províncias em unidades administrativas de carácter judicial, entregues a *legati iuridici*¹⁷, o que revela o interesse particular do primeiro imperador pela organização dos territórios hispânicos¹⁸.

O conjunto dos dados arqueológicos disponíveis aponta para uma origem civil de *Bracara Augusta*, facto que lhe confere especificidades em termos de povoamento e de composição social, distinguindo-a das outras duas cidades fundadas por Augusto no NO Peninsular, com origem em acampamentos militares¹⁹. Com efeito, as fontes epigráficas e arqueológicas documentam uma forte componente indígena no processo de povoamento da cidade, bem como na organização do seu corpo cívico, constituído, pelo menos parcialmente, pelas elites indígenas originárias dos principais *castella* da região bracarense, cujos nomes estão bem documentados no dossier epigráfico de Braga²⁰.

Quer a origem civil de *Bracara Augusta*, quer a importância assumida pela população indígena no seu processo de criação e desenvolvimento devem ser entendidas no âmbito das particularidades que conformaram o povoamento pré-

¹² Tranoy 1981: 146.

¹³ Alföldy 1969: 207.

¹⁴ Dopico Cainzos 2009: 35.

¹⁵ Tranoy 1981: 153.

¹⁶ Dopico Cainzos 1988.

¹⁷ Dopico Cainzos 1986: 265-283.

¹⁸ Dopico Cainzos 2009: 52-53.

¹⁹ Rodríguez Colmenero e Covadonga Carreño 1999; Sevillano Fuertes e Vidal Encinas 2002.

²⁰ Tranoy e Le Roux 1989-90: 183-230.

-romano do território em que a cidade se implantou, situado no coração da área ocupada pelos *Bracari*, um dos povos mais importantes da fachada ocidental e meridional do NO Peninsular. Tendo por base os resultados das investigações²¹ é possível considerar que o referido território, presumivelmente situado entre Lima e Ave, conheceu um grande desenvolvimento económico ao longo do século I antes da nossa Era, o qual poderá estar na base da implantação de um povoamento hierarquizado²² e da formação de grandes castros, de tipo *oppida*, que funcionariam como lugares centrais²³, controlando castros mais pequenos, maioritariamente dispersos pelos vales²⁴. Esta nova matriz de povoamento estrutura-se, simultaneamente, com o aumento dos contactos da região com os territórios romanizados do sul da Península, documentados pela ocorrência de produtos exógenos em vários castros e pela generalização de novidades técnicas e construtivas, bem patententes nas grandes citânias da área dos *Callaeci Bracari*, que revelam a especificidade da região meridional e ocidental do NO hispânico à data da sua integração no Império Romano²⁵.

A história da fundação de *Bracara Augusta* prende-se indiscutivelmente com o protagonismo dos *Bracari*, povo referido pela primeira vez nas fontes a propósito da expedição militar que *Decimus Junius Brutus* realizou ao território que hoje corresponde à província portuguesa do Entre Douro e Minho, entre 138-136 a.C.²⁶. No rescaldo dessa expedição parece indiscutível considerar que os *Bracari* terão desenvolvido um longo percurso de relações com o sul da Hispânia, consolidadas após a expedição de César a *Brigantium*, cerca do ano 60 a.C., que permitiu o incremento da rota atlântica, indispensável aos contactos das populações do NO Peninsular com a órbita mediterrânica.

A fundação de *Bracara Augusta* parece, assim, corresponder à definitiva integração dos *Bracari* no universo político imperial, uma vez que a nova cidade será, simultaneamente, capital do convento jurídico bracarense e *caput* de uma comunidade étnica, cujo nome permanece na raiz da designação do novo centro urbano. Cabe destacar que os *Bracari* haviam já interiorizado os valores do espaço urbano, que surgem bem testemunhados nas características dos seus *oppida*, estruturados como verdadeiras cidades, com uma alta densidade populacional, uma intensa atividade artesanal e uma estrutura complexa, marcada por eixos viários, bairros

²¹ Martins 1990; Dinis 1993; Carvalho 2008.

²² Martins 1990; Martins *et al.* 2005:279-296.

²³ González Ruibal 2006-07.

²⁴ Martins 1990; Martins *et al.* 2005: 284.

²⁵ Silva 1986; Martins 1990; González Ruibal 2006-07; Carvalho 2008.

²⁶ Alarcão 1988: 8-9.

e edifícios públicos²⁷, como eram as casas de reunião dos concelhos e os balneários rituais²⁸. Neste contexto, a fundação de *Bracara Augusta* reflete a criação de um novo panorama cultural, no qual parece existir uma clara convergência entre os interesses de Roma e os dos indígenas. Os condicionalismos que pesaram na fundação da cidade e o protagonismo que os indígenas tiveram na sua criação permitem considerar que *Bracara Augusta* emerge como centro administrativo (capital de convento) e económico, claramente assumido pelas elites pré-romanas, que deverão ter negociado os seus legítimos interesses nas recompensas que o sistema urbano romano lhes poderia conceder²⁹.



Fig. 1. Localização de *Bracara Augusta* na península Ibérica.

Do conjunto das três cidades fundadas por Augusto no NO Peninsular, *Bracara Augusta* é sem dúvida aquela que oferece o melhor dossier epigráfico relativo às manifestações de lealdade para com o Imperador e respetivos familiares, as quais

²⁷ Estas características estão presentes em vários povoados entre os quais podemos referir Briteiros (Guimarães), Sanfins (Paços de Ferreira), Santa Luzia (Viana do Castelo), S. Julião (Vila Verde), ou S. Lourenço (Esposende) (Lemos 2009: 112-115).

²⁸ Silva e Machado 2007: 20-60; Lemos *et al.* 2008: 319-328.

²⁹ Millet 1990: 35-41; 2001:157-170; Woolf 1998.

nos ajudam a situar cronologicamente o contexto fundacional da cidade. Um importante testemunho dessa lealdade é constituído pelos textos de três pedestais de estátuas, erguidas a Augusto, dos quais apenas um se conservou. Trata-se de monumentos em forma de coluna, sendo um dedicado ao *Genius Caesaris*³⁰, outro ao *Genius Augusti*³¹ e um terceiro dedicado ao Imperador, no dia do aniversário de *Paullus Fabius Maximus*. A explícita referência ao XXI poder tribunicio de Augusto permite datar o monumento entre os anos 3 e 2 a.C.³², enquanto a menção feita aos *bracaraugustanus* demonstra que a cidade já existiria nos momentos próximos da transição da Era, sendo ocupada por uma comunidade organizada, com capacidade para se expressar em atos de carácter cívico, bem ao gosto romano, designadamente, através da construção de monumentos em honra do Imperador. Cabe igualmente destacar a referência



Fig. 2. Pedestal de estátua dedicada a Augusto, pelos *bracaraugustanus*, no dia do aniversário de Paulo Fábio Máximo (MSMS).

feita aos *bracaraugustanus* numa outra inscrição, destinada a integrar o pedestal de uma estátua honorífica, dedicada a *Agrippa Postumus*, filho do lugar-tenente de Augusto, *M. Vipsanius Agrippa*, referido, simultaneamente, como neto do Imperador e como *Marci filius*, algo que indica que o monumento terá sido erguido antes da sua adoção oficial, ocorrida entre os anos 2 e 4AD³³

Tendo por base o material epigráfico referido parece-nos possível considerar que entre 3 e 2 a.C. a cidade estaria já ocupada por gentes que se designavam por *bracaraugustanos*, facto que subentende que a nova *urbs* havia já sido consagrada, submetida aos rituais de demarcação do espaço e que nela haveriam certamente

³⁰ Vasconcelos 1913: 326.

³¹ CIL II, 5123.

³² Le Roux 1975: 155; Tranoy 1981: 328.

³³ Le Roux 1975: 155-159; 1994: 231, nota 10.

já sido iniciadas as atividades construtivas que justificavam a ocupação do sítio. Embora se desconheça o carácter das primeiras construções que terão sido erguidas julgamos poder considerar que os monumentos em honra de Augusto e seus familiares diretos, tinham que ser enquadrados num espaço cívico foral, cuja construção deveria estar já em curso, entre os anos 3 e 2 a.C., quando *Paullus Fabius Maximus*, então governador da Citerior, se deslocou à cidade e foi homenageado no dia do seu aniversário.

2.2 Localização e malha urbana

Bracara Augusta foi fundada *ex novo* numa pequena colina aplanada no sentido NE/SO, que remata um esporão montanhoso, com a altitude máxima de 199m, controlando a extensa veiga do rio Cávado, a norte e, a sul, a veiga do rio Este e a mais pequena veiga do Penso, dispondo de um amplo domínio visual sobre o território envolvente.

A escolha do local para implantar a cidade parece ter sido determinada por razões de natureza topográfica, mas também pela importância que o mesmo já deveria possuir no quadro do povoamento pré-romano. De facto, o sítio onde se implantou a nova *urbs* possui uma centralidade óbvia, quer no amplo contexto da região situada entre Douro e Minho, na qual ocupa um ponto central, quer no âmbito mais restrito da área controlada pelos *Bracari*, constituindo o epicentro de uma série de corredores de comunicação naturais que cruzavam o território no sentido N/S e E/O ³⁴. Por isso, tudo indica que o sítio de Braga deveria constituir já em época pré-romana um importante centro viário e económico, no coração de uma das zonas mais desenvolvidas do NO ibérico, com solos férteis e água abundante, que permitiram o florescimento da atividade agrícola, quer na região do vale do Cávado³⁵, quer no vale do Ave³⁶, ao longo do século I a.C.

Não possuindo condições topográficas propícias ao desenvolvimento de um povoado fortificado indígena, pela sua baixa altitude (199 m), relativamente aos castros da região envolvente (300 m), o sítio onde se implantou a cidade detinha, todavia, características atrativas para as populações que habitavam os castros circundantes. Na verdade, o local poderá ter constituído um ponto de encontro para as comunidades indígenas da região, sem que para tal fosse necessário existir uma ocupação permanente, onde seria possível desenvolver atividades diferenciadas, de natureza económica, religiosa e ritual, documentadas arqueologicamente por

³⁴ Morais 2005; Martins *et al.* 2005.

³⁵ Martins 1990; Carvalho 2008.

³⁶ Silva 1986; Dinis 1993.

cerâmicas de importação e moedas tardo-republicanas, encontradas na Colina do Alto da Cidade³⁷, pelo pequeno balneário indígena, de cronologia pouco precisa (séculos II/I a.C.?), descoberto na parte nordeste da cidade³⁸, mas, também, pelo santuário/fonte rupestre da Fonte do Ídolo. Este santuário, conhecido apenas na sua configuração romana, deverá ter origem indígena, sendo dedicado a *Nabia*, divindade associada à água, à fertilidade e à natureza, que continuou a ser venerada no local em época romana³⁹.

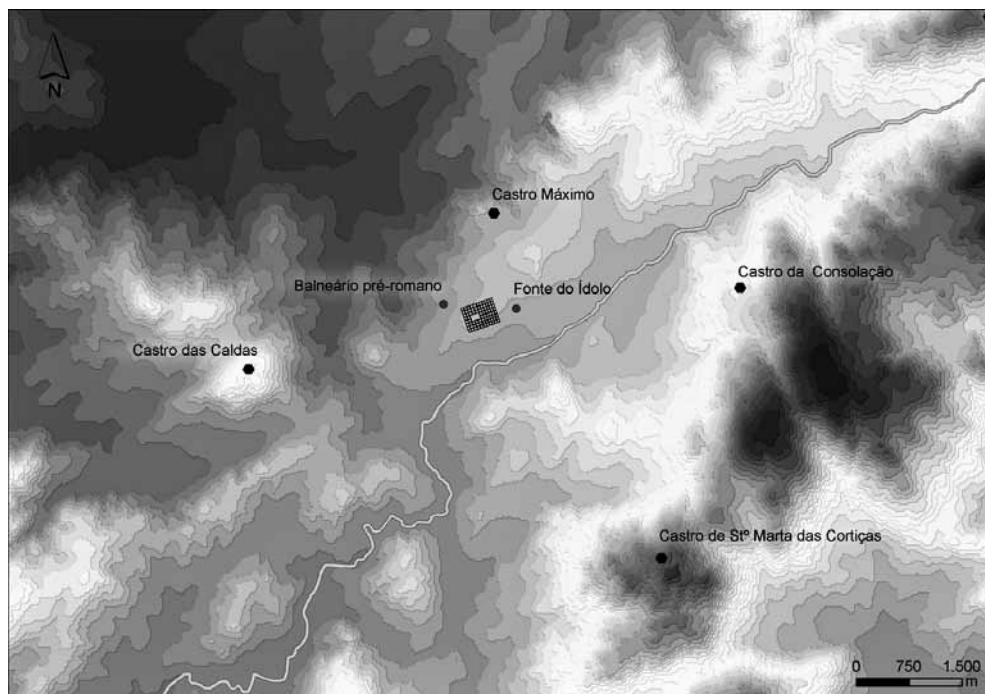


Fig. 3. Localização de *Bracara Augusta* no contexto regional.

Sendo uma fundação *ex novo*, *Bracara Augusta* foi objeto de planificação, possuindo um traçado ortogonal, com orientação N/NO e S/SE, que se justifica pela configuração da colina onde se implantou.

A recuperação da malha ortogonal da cidade tem vindo a ser ensaiada com base nos eixos viários, identificados em vários pontos da cidade, na rede de saneamento, nos numerosos pórticos que bordejavam as ruas e na orientação geral do edificado.

³⁷ Morais 1997-98: 47-136; Zabaleta Estevez 2000: 395-399.

³⁸ Lemos *et al.* 2003: 43-46; Lemos *et al.* 2008: 319-328.

³⁹ Elena *et al.* 2008.

No entanto, importa realçar que a reconstituição da malha urbana fundacional seria impossível de realizar apenas com os vestígios que consideramos hoje datáveis do período de Augusto, altura em que terá sido realizada a planificação da cidade e do território envolvente, conforme é sugerido pela existência de um cadastro rural⁴⁰. Na verdade, a restituição da malha urbana teve que utilizar uma vasta gama de elementos construtivos, posteriores à fundação, datáveis já das épocas flávia e antonina, altura em que se verifica uma generalizada ocupação dos quarteirões. Por outro lado, a restituição do traçado ortogonal da cidade representa o resultado de longos anos de interpretação dos vestígios recuperados pela arqueologia, ao longo dos quais se aprofundou a reflexão sobre a organização do espaço urbano.

O conjunto dos dados disponíveis permite estimar que a área urbana foi organizada segundo eixos de orientação N/NNO-S/SSE e O/OSO-E/ENE, estruturantes do traçado da rede viária e da malha dos quarteirões, sendo certo que alguns desses eixos se prolongam no traçado das principais vias que ligavam a cidade ao exterior, as quais começaram a ser construídas logo no tempo de Augusto⁴¹. No entanto, desconhecem-se ainda os limites exatos da área que terá sido objeto de planificação, a qual vem sendo sucessivamente apurada com a progressiva identificação de novas ruas ou edifícios, que obedecem aos eixos já referidos.

Tendo por base as ruas já conhecidas, que limitavam os quarteirões construídos, podemos considerar que a sua largura média se situa entre os 10 pés (*pertica*) e os 12 pés. O cardo máximo possuía uma largura de 24 pés, sendo esse o eixo viário mais largo até agora identificado⁴². Por sua vez, os quarteirões possuem forma quadrada, formalizando áreas construídas com cerca de 144 pés, que incluíam os pórticos, com cerca de 12 pés⁴³. Esta modulação foi observada na zona das Carvalheiras⁴⁴, bem como nas *insulae* do lado nascente do cardo máximo e noutras intervenções arqueológicas realizadas em vários locais da cidade. Admite-se, contudo, que a modulação proposta possa contemplar adaptações funcionais das construções à topografia, sendo certo que foi alterada ao longo da ocupação da cidade.

Na parte mais alta da colina da Cividade situava-se o *forum* administrativo e religioso, cuja localização é sugerida pela interpretação global da *forma urbis* e por uma referência impressa no mapa de Braunio, datado do século XVI, que refere o *forum romanorum* nas imediações da capela de S. Sebastião. No entanto,

⁴⁰ Identificado a partir da interpretação da fotografia aérea e da cartografia e por trabalhos de prospeção sistemática, o cadastro, orientado 16° N/NO, organiza-se em centúrias de 20 x 20 *actus* e abrange uma área de cerca de 320 Km² (Carvalho 2008).

⁴¹ Lemos 2002: 95-127; Carvalho 2008.

⁴² Lemos e Leite 2000: 15-38.

⁴³ Martins 2004: 149-173; Ribeiro 2008.

⁴⁴ Martins 1997-98: 23-46.

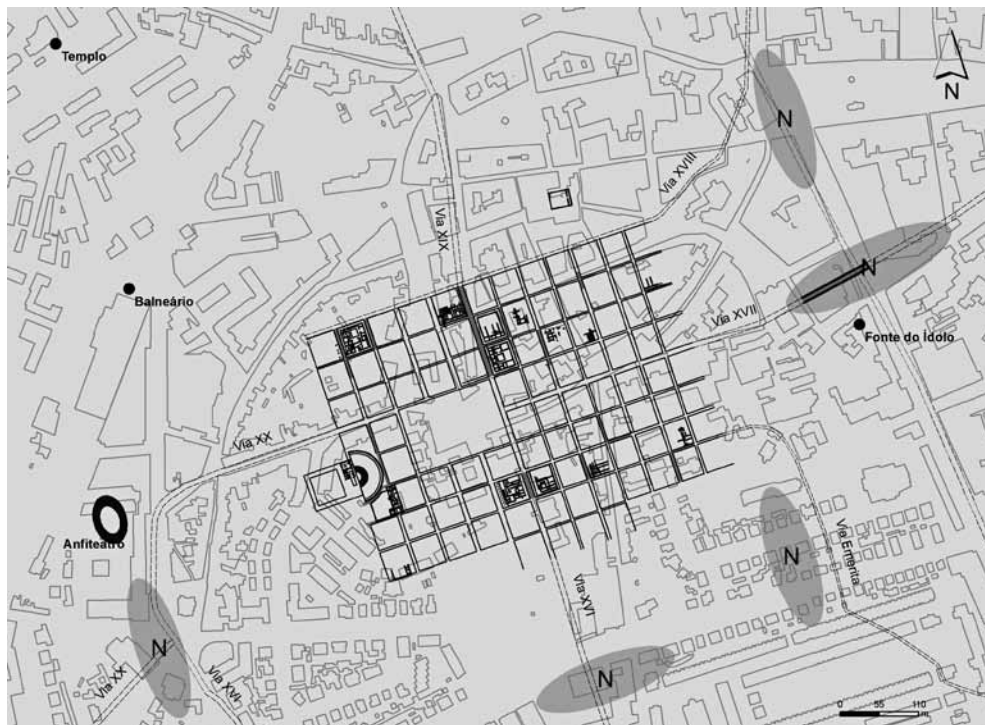


Fig. 4. Traçado ortogonal de *Bracara Augusta* no Alto Império, com localização das vias e das necrópoles.

são desconhecidas quer as dimensões, quer as características desse importante espaço cívico, tendo sido apenas identificado um conjunto de grandes bases de colunas e um grande capitel jónico que pertenceriam aos edifícios e colunatas que ornamentavam o foro⁴⁵.

2.3. A cidade do Alto Império

2.3.1. Épocas de Augusto e júlio-cláudia

Apesar do elevado número de intervenções arqueológicas realizadas em Braga, ao longo de mais de três décadas, são ainda escassos os vestígios construtivos que podem ser atribuídos aos períodos de Augusto e júlio-cláudio, facto que sublinha o significativo desfasamento existente entre o registo epigráfico referente à fundação da cidade e às primeiras décadas da sua existência e o registo arqueológico, predominantemente datável a partir dos meados do século I. No entanto, a interpre-

⁴⁵ Ribeiro 2010: Apêndice 58 e 74.1.

tação geral dos vestígios correspondentes a esta fase demonstram uma ocupação significativa de diferentes áreas da cidade, bem como o início do funcionamento da necrópole da Via XVII⁴⁶.

De um momento próximo da fundação da cidade são alguns silhares, aparecidos em vários pontos da cidade, que oferecem a particularidade de não possuírem materiais nas suas valas de fundação, parecendo definir os limites de possíveis quarteirões. Um dos conjuntos mais expressivos deste tipo de estruturas, que formalizaram os limites do cardo máximo, foi encontrado na zona arqueológica do ex Albergue Distrital. Trata-se das estruturas mais antigas implantadas no local, sugestivas de que estamos perante uma forma de materializar no terreno este importante eixo viário, a qual precedeu de algumas décadas a construção das *domus* que se vieram a instalar nos quarteirões limítrofes da rua, já no período flávio⁴⁷.

A infra-estrutura mais antiga presente no interior do espaço urbano é constituída pelo troço de uma cloaca que corria sob o eixo da metade norte do cardo máximo, datada entre os reinados de Cláudio e Nero, tendo por base os materiais mais tardios presentes na sua vala de fundação⁴⁸. Trata-se de uma estrutura com 1,50m de altura, com um lastro de lajes graníticas, sobre as quais assentam as paredes de alvenaria de pedra, encaixadas num corte feito na rocha. Identificada numa extensão de cerca de 50m, a estrutura apresenta-se mais larga na base (0,90 m) do que na parte superior (0,70 m), sendo coberta por grandes monólitos graníticos, sobrepostos por uma espessa camada de argamassa de areão, muito compactada, sobre a qual assentou o pavimento da rua. A presença desta estrutura no eixo do cardo máximo, não só reforça a importância desta via, como subentende que, nos finais do período júlio-cláudio, o processo construtivo dos quarteirões limítrofes justificava a implementação de um sistema organizado de drenagem de águas sujas.

Ao período de Augusto podemos ainda atribuir os vestígios arqueológicos mais antigos associados à infra-estrutura viária que ligava *Bracara Augusta* a outros centros urbanos, que seguia globalmente a orientação dos eixos da malha urbana, os quais estão relacionados com a marcação do traçado da Via XVII que ligava a cidade a *Asturica Augusta*. Trata-se de um conjunto de valas que definem dois alinhamentos paralelos, que delimitam um corredor de circulação, com orientação E/O, constituindo uma delimitação do terreno prévia à construção da via⁴⁹. A cronologia fornecida pelos materiais presentes no solo negro onde foram rasgadas as

⁴⁶ Esta necrópole foi objeto de um estudo recente, no âmbito das escavações realizadas numa extensa área arqueológica, que compreendeu o quarteirão dos antigos CTT e a parte central da atual Avenida da Liberdade (Martins *et al.* 2010; Fontes *et al.* 2010; Braga 2010).

⁴⁷ Magalhães 2010: 73-74.

⁴⁸ Lemos e Leite 2000: 15-38; Morais 2005: 78.

⁴⁹ Martins *et al.* 2010; Fontes *et al.* 2010.

valas, claramente anterior a Augusto, bem como a que é sugerida pelos materiais contidos nos enchimentos das valas, que poderá datar já do período de Augusto, demonstra uma intensificação da utilização deste setor periférico da cidade, eventualmente articulada com as tarefas de marcação da via e com o início da utilização desse espaço de circulação.

A construção do primeiro piso da Via XVII está intimamente associada com o início da utilização da área envolvente como necrópole, sendo os enterramentos mais antigos datáveis da transição da Era⁵⁰. Estes correspondem a cremações e ossários, de morfologia bastante variada, que incluem caixas de madeira, recipientes cerâmicos e uma urna em granito de forma oval. O início da utilização desta necrópole demonstra que a cidade havia já sido objeto de um povoamento significativo, que terá tido lugar na última década do século I a.C., enquanto a diversidade dos enterramentos nos documenta uma eventual diferenciação cultural das populações que se foram instalando no local e que se designavam já como *bracaraugustanus*, entre os anos 3 e 2 a.C. Sabemos que alguns imigrantes têm origem em diferentes locais da península Ibérica, como é sugerido pela urna de pedra de forma oval, encontrada a sul da Via XVII, que recolhe paralelos em duas sepulturas de Uxama, embora de execução mais tosca e de cronologia mais tardia⁵¹. De qualquer modo, a presença desta peça em Braga sugere que estamos perante uma sepultura de alguém oriundo de outra região, que se terá fixado em *Bracara Augusta* nos inícios da fundação da cidade, fazendo-se enterrar posteriormente ao ano 3 a.C., tendo em conta a cronologia de uma moeda, encontrada no interior da urna, cunhada em *Celsa Sulpicia*, entre 5 e 3 a.C.⁵².

Os indicadores de utilização da necrópole apontam igualmente para uma significativa atividade comercial nos primeiros tempos de vida da cidade, testemunhada pelo número significativo de lucernas de produção itálica e de unguentários de vidro, maioritariamente em forma de gota, presentes nos ossários⁵³.

O processo de povoamento ocorrido no período de Augusto, com expressão funerária no início da ocupação da necrópole da Via XVII e que estará associado ao início das atividades construtivas e económicas na área urbana, encontra uma menor expressão nos vestígios conservados, quer de edifícios públicos, quer residenciais. Estes encontram-se escassamente representados no registo arqueológico da cidade, algo que julgamos resultar das remodelações sucessivas do tecido urbano de *Bracara Augusta*, que camuflaram, destruíram ou reciclaram as evidências arquite-

⁵⁰ Braga 2010.

⁵¹ Abásolo Alvarez 2002: 152.

⁵² Martins *et al.* 2010; Braga 2010.

⁵³ Braga 2010.

tónicas mais antigas. Contudo, podemos datar do período fundacional um invulgar espaço construído identificado na Colina do Alto da Cividade, que designamos por edifício pré-termal⁵⁴, bem como os vestígios de uma *domus* referenciada nas escavações realizadas no sítio onde foi construído o bloco de serviços do Museu D. Diogo de Sousa. Existem ainda alguns muros na Colina da Cividade que sugerem uma ocupação do local em momentos próximos da transição da Era, ainda que seja por ora impossível avaliar a sua funcionalidade inicial. Cumpre referir que as estruturas mencionadas obedecem aos eixos gerais da malha urbana, facto que sugere que a sua construção foi posterior à marcação dos mesmos.

O edifício pré-termal corresponde a uma complexa construção de forma quadrada, com cerca 150 pés de lado (43,50m), definido por quatro corpos, com diferentes características, que se estruturam em torno de um espaço central aberto, com as dimensões de 21 m x 15 m (70 x 50 pés). O corpo nascente, melhor conhecido, foi integralmente reaproveitado na estrutura das termas públicas que sobre ele foram erguidas nos inícios do século II, possuindo, na parte central, uma galeria de circulação, com 10 pés de largura⁵⁵. O corpo oeste possui um conjunto de muros e de arcos em tijoleira sugestivos da existência de galerias subterrâneas e de uma fachada monumental, na qual se integrava um fontanário.

Julgamos estar em presença de um conjunto arquitetónico datável dos inícios do século I da nossa era, o qual poderá, todavia, ter sofrido algumas alterações anteriormente à sua reforma completa, nos inícios do século II, quando sobre ele foram construídas umas termas e o teatro. Algumas características dos corpos que compõem o conjunto sugerem a sua possível função como espaço comercial que se situaria nas imediações do *forum*.

Na cave da área de serviços do Museu D. Diogo de Sousa encontram-se conservados os vestígios de uma rica *domus*, que correspondem aos mais antigos testemunhos habitacionais romanos conhecidos até ao momento em Braga, constituídos por pavimentos de *opus tessellatum* bicromático, de composição geométrica, de cronologia augustal, ou tiberiana, pertencentes a uma casa cuja planta integral não foi possível recuperar. A parte escavada da habitação revela uma elevada qualidade técnica, patente nos mosaicos que revestiam o piso de um longo corredor que abria para vários compartimentos anexos, situados a sul. A cronologia antiga do mosaico é corroborada pela datação da canalização que corre sob o referido corredor, datada do período de Augusto.

Uma das evidências mais significativas da arquitectura pública associada aos momentos iniciais da vida da cidade é-nos fornecida pela monumentalização da

⁵⁴ Martins 2005.

⁵⁵ Martins 2005: 16-17.

Fonte do Ídolo, local periférico do núcleo urbano planificado, situado a sul da Via XVII, onde existiria anteriormente um santuário/fonte rupestre, que se julga dedicado à deusa *Nabia*. O referido santuário foi objeto de uma intervenção significativa, a expensas de um imigrante, de nome *Celicus Fronto*, natural de Arcóbriga, que aí mandou esculpir figuras e gravar inscrições. O penedo foi envolvido por um paredão de alvenaria granítica, hoje completamente desaparecido, mas cujos encaixes se conservam na superfície frontal da fonte⁵⁶.



Fig. 5. Panorâmica da fachada da Fonte do Ídolo.

Pese embora o reduzido número de vestígios construídos, correspondentes aos períodos de Augusto e júlio-cláudio, importa salientar serem bastante significativos os materiais arqueológicos que oferecem essa cronologia, entre os quais cabe destacar as cerâmicas importadas e as moedas. De facto, os estudos realizados por Rui Morais⁵⁷, tendo por base as cerâmicas finas importadas de cronologia júlio-cláudia e por Mar Zabaleta Estevez⁵⁸, usando as moedas anteriores ao período

⁵⁶ Elena *et al.* 2008: 47.

⁵⁷ Morais 1997-98: 47-136.

⁵⁸ Zabaleta Estévez 2000: 395-399.

flávio, demonstram a sua concentração na parte mais alta da cidade, em torno da área onde se localizaria o *forum* administrativo. Quer as cerâmicas importadas de fabrico itálico e sud-gálico, quer as moedas, datadas entre o período de Augusto e o reinado de Cláudio, ocorrem de forma significativa na Colina do Alto da Cividade e na plataforma que dela se estende, para nascente, até ao Seminário de Santiago, correspondendo à área do *forum* e aos quarteirões envolventes, que revelaram uma utilização pré-flaviana.

Importa contudo valorizar outros materiais arqueológicos que se oferecem como indicadores de atividades produtivas e que nos podem ajudar a compreender as características da ocupação do espaço urbano durante os primeiros tempos de vida da cidade, bem como a natureza do seu povoamento.

O aparecimento de 10 fragmentos de moldes bivalves para produção de placas de bronze com decoração geométrica, para fabrico de sítulas⁵⁹, procedentes de níveis que correspondem à fundação da cloaca construída no eixo do cardo máximo, entre Cláudio e Nero, sugerem a instalação nos quarteirões limítrofes da rua de uma ou mais oficinas de fundição de bronze, para produção de sítulas de clara de tradição indígena⁶⁰. Uma outra oficina está documentada a sul do *forum*, num outro quarteirão situado a poente do troço sul do cardo máximo, na zona das Antigas Cavalariças⁶¹, onde foram igualmente detetados mais de uma dúzia de moldes similares e um de armela⁶², num contexto que pode ser claramente datado como anterior ao período flávio, momento em que ocorre a construção no local de uma clássica *domus* de peristilo. Aí, os materiais provêm de enchimentos de valas de fundação de muros e do nivelamento de um solo, estando associados a cerâmicas datadas entre finais do século I a.C. e os Flávios, que documentam a ocupação do quarteirão por uma oficina de artesãos indígenas, anterior à construção de uma casa de modelo itálico, datada do último quartel do século I. A reforçar uma precoce utilização artesanal deste local, ligada à produção de metais, e claramente anterior à sua utilização habitacional, cabe destacar a existência de um cadinho de ouro, encontrado num nível de enchimento sobre a rocha⁶³.

A natureza dos vestígios referidos, bem como os respetivos contextos estratigráficos, sugerem a instalação nalguns quarteirões da área envolvente do *forum* de *ateliers* de produção metalúrgica, de bronze e eventualmente de ferro, os quais

⁵⁹ Morais 2005: Est XXX-XIII.

⁶⁰ Martins 1988: 25.

⁶¹ Trata-se de uma ampla zona intervencionada pela UAUM e pelo Museu D. Diogo de Sousa, em diferentes momentos, que corresponde ao local onde viria a ser construído o referido Museu. A área intervencionada de forma descontínua abrange cerca de 6 *insulae* da cidade romana.

⁶² Morais 2005: Est. XXXIV-XXXIX.

⁶³ Morais 2004: Est. XXIX nº7.

devem ter sido construídos maioritariamente com materiais perecíveis, o mesmo acontecendo, certamente, com as residências dos respetivos artesãos, situação que vem sendo documentada noutras cidades do ocidente do Império, onde a construção em pedra apenas se generaliza no último quartel do século I⁶⁴.

A imagem que podemos reter da cidade do tempo de Augusto e júlio-cláudia corresponde ao paradigma de uma cidade em franca atividade construtiva, mas que não pode ser comparada com as cidades do século II, momento em que os centros urbanos atingem a sua máxima expansão e conhecem uma generalizada arquitetura doméstica em pedra. Por isso, parece mais razoável pensar que a “cidade de Augusto” deveria contemplar apenas alguns edifícios públicos de pedra, quer na área do *forum*, quer noutros locais. Embora nada se saiba das construções que ornamentaram o espaço foral, conhecemos um edifício de funcionalidade indeterminada nas suas imediações, ao qual já aludimos, sendo possível subentender um outro, sugerido por uma inscrição monumental fragmentada, datada entre 5 e 2 a.C., reaproveitada na fachada do Largo D. João Peculiar⁶⁵. Muito embora a maioria dos autores seja unânime em considerar que a inscrição se relaciona com a queda de um raio, uns⁶⁶ consideram que ela se refere à consagração, por ordem de Augusto, de um lugar que teria sido atingido por um raio, enquanto outros⁶⁷ a interpretam como um bidental, entendendo, por isso, que ela testemunha uma refundação da cidade, resultante do facto de um local emblemático da cidade ter sido atingido por um raio. Independentemente da leitura que se possa fazer da inscrição, julgamos que a mesma nos demonstra que, no momento da sua execução, entre 5 e 2 a.C., existiriam já em *Bracara Augusta* edifícios ou lugares emblemáticos, sugestivos de uma atividade urbana e construtiva em pleno desenvolvimento.

Raras parecem ser as casas feitas em pedra anteriores ao período flávio, tendo em conta o facto da grande maioria dos exemplares conhecidos datarem daquele último período. Pelo contrário, o registo arqueológico parece documentar uma significativa ocupação dos quarteirões urbanos, mesmo em áreas nobres, como seria a envolvente do *forum*, com equipamentos artesanais que se instalariam em simples construções de madeira, as quais terão começado a ser substituídas por *domus* a partir de meados do século I.

No período em análise, a única atividade artesanal arqueologicamente documentada em Braga está representada pela fundição de bronze, realizada em dois locais da cidade, testemunhada por moldes de produção de sítulas com decoração

⁶⁴ Perring 1991:84-89.

⁶⁵ CIL II, 2421.

⁶⁶ Tranoy 1981: 318-319; 328.

⁶⁷ Santiago Montero e Sabino Perea 1996: 229-319.

geométrica, possuindo, uma cronologia entre Augusto e Cláudio, uma vez que os referidos moldes procedem de níveis anteriores à construção das *domus* que viriam a ocupar os quarteirões no período flaviano. No entanto, os materiais arqueológicos documentam uma intensa atividade comercial, com importação de contentores anfóricos e outras cerâmicas finas, bem como de peças de vidro⁶⁸. Um testemunho epigráfico da importância assumida pelo comércio como atividade económica nos primeiros tempos da vida da cidade é-nos fornecido por uma inscrição, datada da época de Cláudio, dedicada a *C. Caetronius Miccio* pelos cidadãos romanos que negociavam em *Bracara Augusta*⁶⁹.



Fig. 6. Inscrição dedicada a *C. Caetronius Miccio* (MDDS).

A referida inscrição remete-nos igualmente para a composição da população residente. Na verdade, o dossier epigráfico da cidade fornece raros testemunhos de cidadãos romanos, muito embora seja de supor a sua existência, a avaliar pelos vestígios da rica *domus* encontrada na área de serviços do Museu D. Diogo de Sousa, bem como pela identificação de objetos de excecional qualidade⁷⁰. O povoamento da cidade deverá ter comportado a instalação de elementos detentores da cidadania romana, muito embora a epigrafia, sobretudo a funerária, com referência aos *castella* de origem dos povoadores⁷¹, não deixe dúvidas quanto à importância da componente indígena no processo de povoamento da nova *urbs*, ainda que, neste caso, seja óbvio que estamos perante franjas privilegia-

das da população oriunda dos castros, que representava uma elite, tendo, por isso, condições económicas para mandar lavrar as suas lápides funerárias de acordo com os preceitos romanos. São elas que nos falam dessa elite indígena, em processo de afirmação, agora na qualidade de elite urbana, que se fez sepultar segundo o

⁶⁸ Cruz 2007.

⁶⁹ Alföldy 1966; 363-372; Morais 2005: 69-70.

⁷⁰ Morais 2002: 219-235.

⁷¹ Pereira Menaut 1983: 169-192

ritual romano, deixando o seu nome gravado em magníficas estelas, que ostentam uma iconografia de clara matriz indígena. A sua onomástica, bem como a da sua descendência, sugerem a sua provável origem nos castros da região, muito embora o dossier epigráfico referencie igualmente outros elementos indígenas, oriundos de diferentes locais da Hispânia.

Também a presença generalizada de cerâmica de fabrico indígena, dispersa por toda a cidade, em contextos onde estão representados outros materiais romanos de importação de cronologia antiga, documenta a origem de boa parte da população que se terá instalado na cidade. A ocorrência daqueles materiais parece demonstrar que os estratos mais desfavorecidos da população que se instalaram na área urbana, ou na sua periferia, sobretudo na qualidade de mão-de-obra ligada às atividades construtivas e artesanais, terão continuado a utilizar a sua cerâmica tradicional, ainda durante algumas décadas, não existindo evidências de oficinas de cerâmica claramente romana anteriores ao período flávio.

2.3.2. *Épocas flávia e antonina*

O registo arqueológico disponível documenta que as atividades edilícia e económica atingiram a sua maior expressão entre o período flávio e o século II, momento em que a cidade terá atingido a máxima ocupação da área planificada, destacando-se igualmente uma maior utilização dos subúrbios, onde se instalam equipamentos artesanais, designadamente oficinas cerâmicas e de vidro, bem como edifícios públicos, como será o caso do anfiteatro, na área poente e de uma possível área comercial e religiosa a norte (Fig. 4).

O conjunto de edifícios públicos constituído por umas termas⁷² e por um teatro⁷³, que se sucedeu ao edifício pré-termal na Colina da Cividade, define os exemplares melhor conhecidos da arquitetura pública de *Bracara Augusta*, que se desenvolve a partir dos Flávios, situando-se numa zona nobre da cidade, nas imediações do *forum* (Fig.4)

O edifício das termas ocupa uma área quadrada, com 150 pés de lado, que incluía as áreas de banhos e de serviços e uma ampla *palaestra*. O primeiro projeto do balneário formalizou um edifício retangular alongado, com entrada a sul. A sucessão dos espaços reservados aos banhos era antecedida por um amplo *apodyterium*, aquecido no Inverno, com uma piscina fria, separado do *frigidarium* por um longo corredor que dava acesso direto à *palaestra*. A área de banhos contemplava, para além de uma ampla sala fria, com uma piscina, dois *tepidaria* e um

⁷² Martins 2005.

⁷³ Martins *et al.* 2006: 10-30.

caldarium. Na parte norte do edifício situava-se uma ampla zona de serviços onde se implantava o *praefurnium* do *caldarium* e se armazenava o combustível (Fig. 7). Estas termas foram objeto de pelo menos três reformas até ao seu abandono definitivo entre finais do século IV/inícios do V, tendo a primeira ocorrido entre finais do século II/inícios do III, altura em que foi ampliada e redefinida a área e o circuito de banhos, avançando a fachada poente do edifício sobre a *palaestra*⁷⁴.

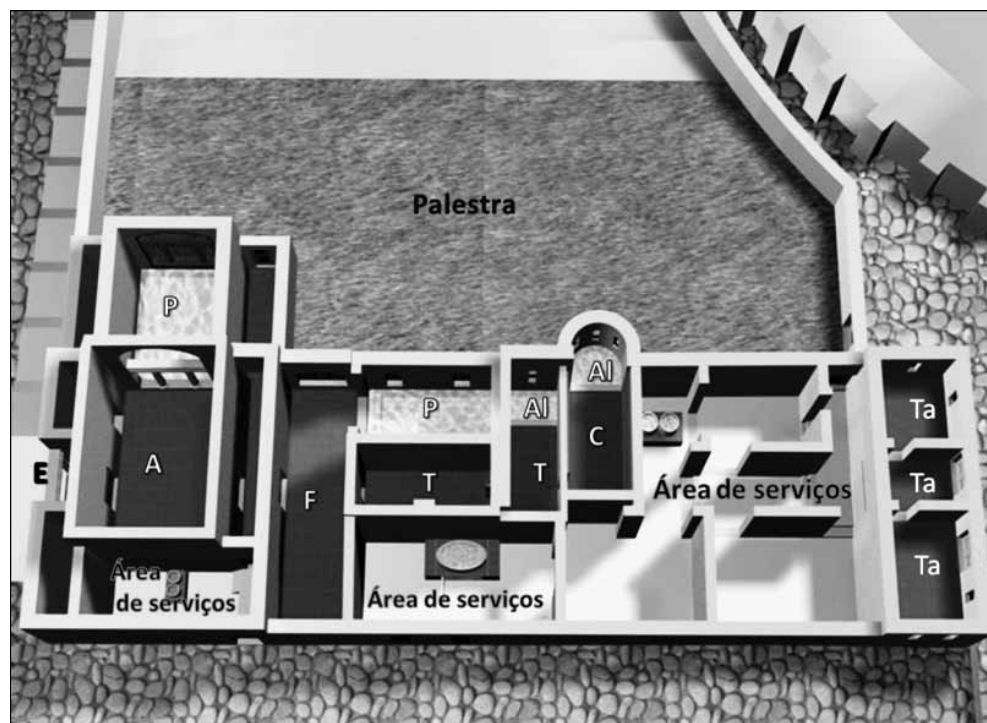


Fig. 7. Restituição das termas públicas do Alto da Cividade na Fase I (século II).

O teatro anexo às termas, ainda em fase de estudo, corresponde a um edifício, cujo diâmetro máximo pode ser estimado em cerca de 74,60 m, com base no arco definido pelo seu muro perimetral. Este possuía cerca de 4 m de largura, facto que permite supor que existiria um pórtico *in summa cavea*, com cerca de 3 m de largura (10 pés), sendo acessível a partir de uma ou mais portas, que se rasgariam no muro de fachada do teatro. A *cavea* possuía cerca de 13,50 m de altura (45 pés) e foi parcialmente assente na vertente. Dela conhece-se apenas metade da *ima cavea*, que conserva restos de cimentações e elementos articulados com as bancadas. Um *praecintio* separava a *ima cavea* da *orchestra*, na qual se reconhecem cimentações

⁷⁴ Martins 2005: 37-46.

de três degraus que configuram uma *poedria*. Os elementos disponíveis permitem ainda considerar que o *pulpitum* teria uma altura aproximada de 1,40 m (cerca de 5 pés), possuindo 6,70 m de largura (cerca de 23 pés), sendo limitado pelas cimentações da *scaenae frons* e pelo muro do *proscenium*, que o separava da orquestra, o qual era decorado com pinturas. Por detrás do *postscaenium*, desenvolvia-se um quadripórtico, apenas parcialmente conservado, que seria envolvido por um tanque de água, com cerca de 1 m de profundidade, pelo menos no lado nascente.

Além de um teatro, *Bracara Augusta* possuía um anfiteatro, hoje soterrado e parcialmente destruído. Testemunhos que comprovam a sua existência são as referências a ele feitas pelos eruditos bracarenses, nos séculos XVII e XVIII, que o localizam na paróquia de S. Pedro de Maximinos, no sítio da antiga igreja, onde, em meados do século XIX, eram ainda visíveis restos da sua estrutura⁷⁵. As descrições dos antiquários e a análise da fotografia aérea, que deixa perceber uma grande estrutura soterrada, situada no eixo da atual R. de S. Sebastião, cujo traçado corresponderia, aproximadamente, ao decumano máximo oeste da cidade, permitem localizar com algum rigor este importante edifício de espetáculos. Considerando o presumível local onde estaria situado não deixa de ser sugestivo correlacionar o seu alinhamento com o teatro, sendo igualmente de salientar que ambos os edifícios se encontram aproximadamente no eixo do *forum* e do *decumanus* máximo oriental. A articulação visual que deveria existir entre os dois edifícios, devido à topografia do terreno, bem como o facto de ambos representarem arquiteturas de prestígio, que serviam como veículos de expressão ideológica, pois permitiam reproduzir as grandes manifestações de vida pública romana, como eram os *ludi gladiatorii* e os *ludi scaenicii*, reforçam a hipótese da sua possível construção simultânea, nos inícios do período antonino, momento de apogeu económico da cidade.

Os dados arqueológicos permitem admitir que a cidade possuía outros edifícios públicos termais para além daquele que é conhecido no Alto da Cividade. Um deles corresponde a um grande edifício situado a nordeste do *forum*, ainda não totalmente interpretado, conhecido pelo nome de termas da Rua Afonso Henriques. O outro edifício, melhor conhecido, está representado pelo *balneum* público das Carvalheiras, que se instalou, em meados do século II, sobre parte de uma *domus* de cronologia flaviana⁷⁶.

O balneário das Carvalheiras (Fig. 8B), com uma área útil de 190m², era constituído por quatro espaços frios e aquecidos que permitiam cumprir o serviço de banhos recomendado, sendo servido por duas pequenas áreas de serviço, localizadas a norte. A entrada fazia-se pela rua poente que bordejava a *insula*, através de um

⁷⁵ Moraes 2001: 55-76.

⁷⁶ Martins 1997-98: 28-35.

pequeno pórtico que dava acesso ao *apodyterium*, a partir do qual se podia aceder a um amplo *frigidarium*, com duas piscinas, ou entrar no tepidário que comunicava com o caldário, que dispunha de uma pequena piscina. Tudo leva a crer que o anterior peristilo da casa tenha sido transformado em palestra das termas e que os compartimentos que anteriormente se dispunham a sul e nascente se tivessem transformado em *tabernae*, às quais se acederia a partir do pórtico que envolvia a palestra⁷⁷ (Fig. 8 B).

Estamos neste caso perante umas termas públicas de média dimensão, que acrescentam mais um espaço banhar à cidade, permitindo satisfazer um maior número de utentes na prática alargada dos banhos públicos, que constituíam um dos principais ambientes de lazer das cidades romanas⁷⁸. Na verdade, pese embora a especificidade dos respetivos contextos, poderemos considerar que o *balneum* das Carvalheiras colhe paralelos nas pequenas e médias termas de Ostia, que se construíram por toda a cidade e que refletem o seu dinamismo urbanístico e os processos de transação e de especulação das propriedades urbanas⁷⁹. Julgamos que o *balneum* das Carvalheiras nos remete para processos algo semelhantes, bem reveladores da dinâmica económica e construtiva de *Bracara Augusta* durante o século II, que terá contribuído para a densificação do seu tecido urbano.

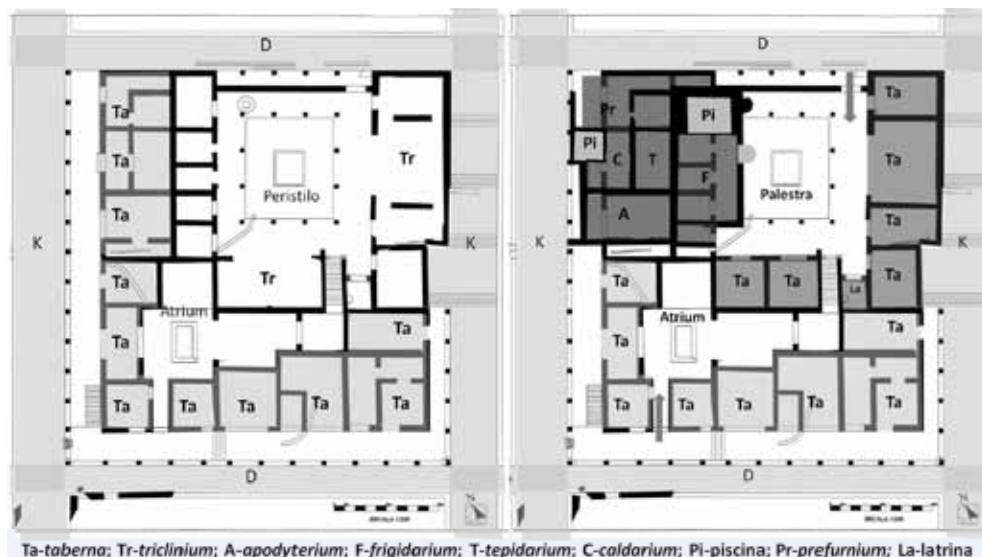


Fig. 8. *Insula* das Carvalheiras. A. Fase I: *domus* de atrium e peristilo; B: *balneum* público a norte e área habitacional a sul.

⁷⁷ Martins *et al.* 2011.

⁷⁸ Nielsen 1993: 308-309; DeLaine 1999: 7-16.

⁷⁹ Mar 1990: 60.

Um outro edifício, aparentemente de cronologia flávia, foi detetado no decorrer de escavações realizadas na Sé Catedral, quer na zona do altar-mor⁸⁰, quer na R. Nossa Senhora do Leite⁸¹. Embora não tenha sido possível definir com clareza a natureza da construção original, profundamente remodelada no Baixo-Império, importa destacar a sua localização periférica relativamente à área planificada da cidade, a orientação dissonante dos eixos viários dominantes⁸² e a sua provável função económica, tendo em conta a inscrição dedicada por *Flavius Urbicio* ao génio *macellum*, encontrada no local. Poderemos estar perante uma área comercial que poderá ter tido também uma vocação religiosa, se valorizarmos a inscrição dedicada a *Isis Augusta* por uma sacerdotisa do culto imperial, chamada *Lucrecia Fida*, a qual poderá ter mandado construir um templo à deusa oriental⁸³.

Testemunho do programa de obras públicas que monumentalizaram e embelezaram a cidade a partir do período flávio, que atingiu também as áreas periféricas, foi a remodelação operada na Fonte do Ídolo pelos descendentes de *Celicus Fronto*, a qual ficou assinalada por uma inscrição que pode ter sido colocada na edícula que devia emoldurar a escultura togada esculpida na frente da fonte⁸⁴.

As escavações realizadas até ao momento permitiram identificar numerosos vestígios de habitações, das quais vamos conhecendo algumas características dominantes. Uma delas é a reprodução do modelo de casa itálica de *atrium* e peristilo e mais frequentemente de peristilo. Outra característica está representada pela abundância de pórticos, envolvendo as casas, que davam acesso às numerosas *tabernae* que se dispunham ao longo das fachadas das habitações.

Pese embora o elevado número de vestígios de *domus* identificados até ao momento, em vários locais da cidade, o exemplar mais elucidativo da arquitetura doméstica de *Bracara Augusta* está representado pela casa das Carvalheiras, a única cuja planta foi integralmente recuperada (Fig. 8 A). Situada numa área residencial do setor noroeste da cidade romana, relativamente perto do *forum*, a casa das Carvalheiras foi erguida no último quartel do século I, sofrendo a sua primeira reforma talvez em meados do século II para instalação de um *balneum* público que viria a ocupar toda a parte norte da anterior habitação⁸⁵.

O projeto arquitetónico da *domus*, implementado de raiz⁸⁶, estruturou uma grande habitação que ocupava uma área de 1152 m² (110 x 120 pés), com forma

⁸⁰ Rodrigues *et al.* 1990: 176.

⁸¹ Gaspar 1985: 53-54.

⁸² Fontes *et al.* 1997-98:140-141.

⁸³ Morais 2009-2010: 121-134.

⁸⁴ Elena *et al.* 2008: 54-55.

⁸⁵ Martins *et al.* no prelo.

⁸⁶ Ribeiro 2010: 517-524.

aproximadamente quadrada, que pode ser dividida em duas áreas diferenciadas, bem marcadas pelo desnível de cerca de 3 m de altura existente entre a plataforma norte (mais baixa) e a plataforma sul (mais alta), resolvido através da construção de uma parede, que se dispunha aproximadamente a meio da habitação. As duas áreas encontravam-se ligadas por uma escada interior. A casa era servida por duas entradas, uma a sul, com acesso direto ao *atrium* e salas envolventes e outra, a norte, com entrada para o peristilo e compartimentos que se erguiam em torno daquele vasto espaço ajardinado (Fig. 8 A). Ladeando as ruas sul e oeste desenham-se eixos de circulação pedonal porticados, com 10 pés de largura, com acesso ao conjunto de lojas, que se abriam nas fachadas.

Por constituir a única casa cuja planta se conhece na totalidade ela oferece-nos informações preciosas sobre a organização do espaço doméstico, sobre a natureza dos seus possesores, mas também sobre as atividades económicas que se desenvolviam, paredes meias com a área habitacional.

Tendo em conta a área construída da *domus* verificamos que ela se estruturava em torno de dois espaços de representação, um deles constituído pelo átrio (134m²) e outro pelo peristilo (476m²). No total as duas áreas ocupavam cerca de 610m², valor que corresponde apenas a 53% da área construída do quarteirão, estando a restante reservada a espaços de vocação económica (cerca de 542m²), constituídos por lojas que se abriam aos pórticos poente, sul e nascente.

Tendo por referência a diferenciação dos espaços da habitação entre privados, de serviços e de receção, verificamos uma enorme desproporção entre as áreas reservadas a esta última atividade (363m², cerca de 60%) e a jardins e zonas descobertas (160m², cerca de 26%) e as áreas destinadas aos serviços, que ocupavam uns modestos 5% da parte habitada (32m²), não ultrapassando as áreas privadas 8% da mesma (49m²). O evidente protagonismo dos espaços de receção, em torno do átrio e do peristilo, ocupados por tablinos, triclinios e *oecus*, demonstra uma clara assimilação dos modelos e componentes da arquitetura clássica no projeto da casa, subentendendo, também, que o seu proprietário se encontrava perfeitamente integrado nos cânones da educação romana, sendo capaz de usar o espaço doméstico como referente do seu estatuto social, bem ao modo das elites romanas. Em particular, cabe destacar as de salas ligadas ao *atrium*, normalmente destinadas a receber os clientes, facto que testemunha que o dono da casa se enquadraria numa classe social que usava a clássica relação patrono/cliente como forma de projetar e demonstrar o seu prestígio e estatuto.

A parte económica do quarteirão era significativa e as lojas (*tabernae*) (Fig. 8A) ocupavam quase metade da área construída (542m², cerca de 47%), o que demonstra que grande parte da atividade comercial, e certamente também a pequena produção

artesanal, podiam realizar-se ao longo das ruas, decorrendo essas atividades em íntima articulação com o espaço doméstico.

Ainda que seja bastante difícil avaliar a função exata das lojas, podemos admitir que elas se destinariam, quer ao comércio retalhista, quer ao fabrico de certos produtos que não fossem excessivamente exigentes em infra-estruturas. Um aspeto interessante refere-se à subdivisão do espaço de algumas lojas (Fig. 8 A), que permite considerar, ou a existência de áreas de armazenagem de produtos, ou uma separação hipotética entre o espaços de produção e venda, ou, ainda, que os artesãos ou comerciantes dormiriam em espaços anexos ao seu local de trabalho.

Os pórticos, que ladeavam as ruas, eram também espaços fundamentais na vida económica das cidades, separando os pedestres do tráfico, permitindo que os potenciais compradores avaliassem os serviços ou os produtos oferecidos nas lojas. Neste sentido, cabe referir que todas as *domus* referenciadas até ao momento em Braga possuem sempre as suas fachadas porticadas, facto que sugere uma animada vida económica ao longo das ruas.

O que sabemos da sociedade e da economia de *Bracara Augusta* entre a época flaviana e antonina resulta de uma interpretação cruzada dos dados epigráficos e arqueológicos. Relativamente à componente social cabe destacar as referências epigráficas a cidadãos romanos, normalmente oriundos de outras cidades, facto que sugere a contínua chegada à cidade de populações originárias de outras regiões. Entre eles encontram-se *Caius Aemilius Lougo*, originário de Clunia, ou Marco António Augustano, nascido em *Pax Iulia*, que serviu na *Legio VII Gemina* (Fig. 9). Contudo, muitos cidadãos romanos portadores dos *tria nomina*, referidos nas inscrições de Braga, possuem uma clara origem indígena, correspondendo a sua cidadania a um processo de promoção, ocorrido, nalguns casos, na época flávia, o que justifica a sua inscrição na tribo Quirina⁸⁷, como aconteceu, entre outros, com *T. Caelius Flaccus*, *Q. Pontius Severus*, ou *L. Terentius Rufus*. Outros indígenas poderão ter adquirido a cidadania pelo desempenho de cargos, sendo de destacar os casos de *Lucius Virius Rufinus* e *Caius Iulius Pintamus* que adotaram os *tria nomina* mas mantiveram o gentilício indígena (Fig. 9). Também a onomástica flávia poderá ser indicadora de outras promoções, como pode ter acontecido com *Flavius Urbicio*, que dedicou um monumento ao Génio do Mercado, com *Flavius Fronto*, que ergueu uma dedicatória ao deus *Eventus*, ou mesmo com *Titus Flavius Graptus*, que seria proprietário de uma oficina de produção de tubos de chumbo (*fistulae*). A epigrafia documenta também que a cidade possuía uma forte componente de libertos, alguns públicos, sendo quase certo que muitos deles desempenharam um

⁸⁷ Muito embora a inscrição de cidadãos na Tribo Quirina não tenha sido exclusiva do período flávio ela torna-se então mais frequente e quase exclusiva.

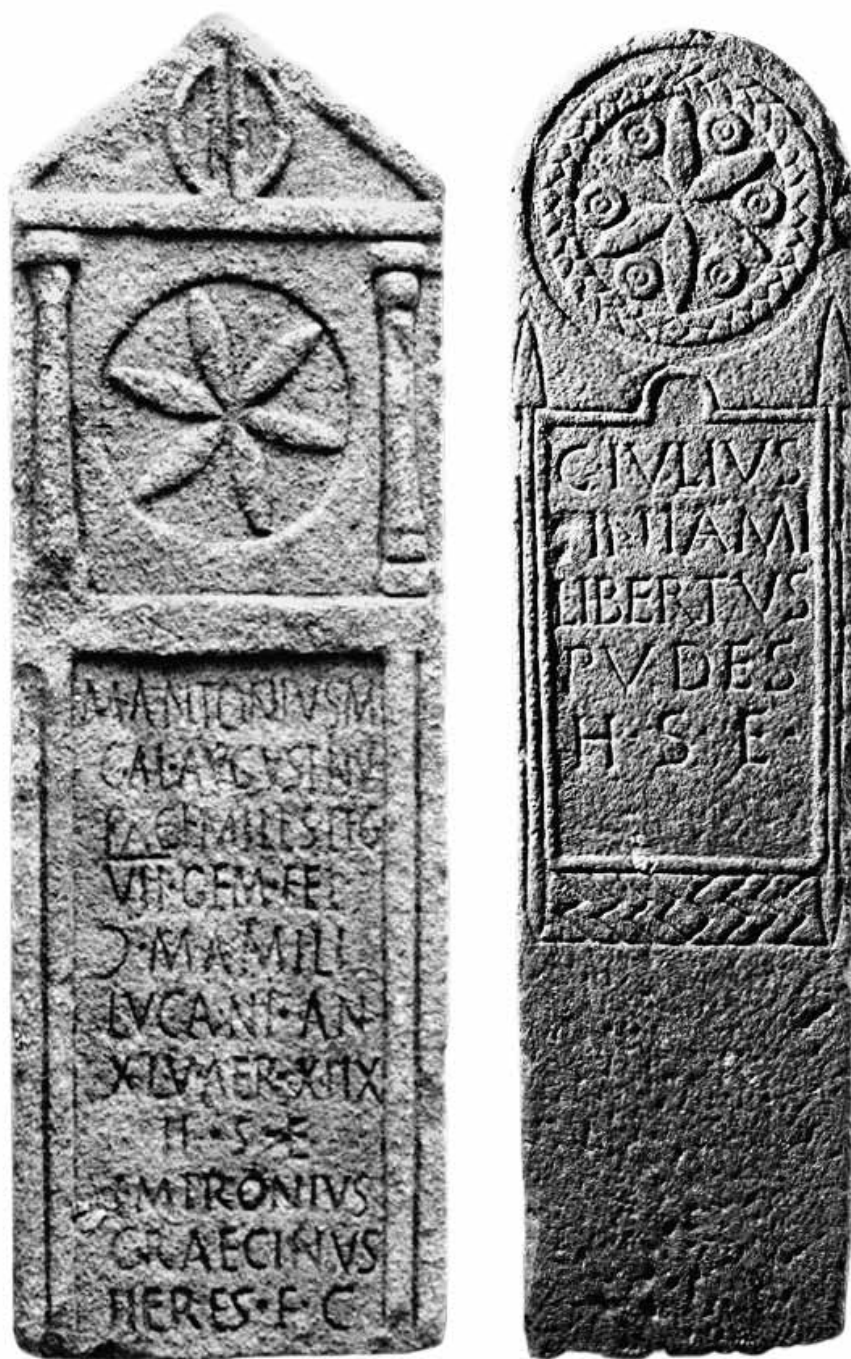


Fig. 9. Inscrições funerárias alusivas a cidadãos romanos, um oriundo de *Pax Iulia* (Marco António Augustano) e outro de origem indígena (*Caius Iulius Pintamus*).

importante papel na economia urbana, quer como artesãos, quer como comerciantes. Igualmente numerosos são os escravos, alguns dos quais dedicados a atividades artesanais, parece acontecer com os referidos numa magnífica estela que ostenta uma iconografia sugestiva da atividade de ferreiro, quer do defunto *Agathopus*, quer do seu companheiro *Zethus*, ambos escravos de Tito Sátrio, que deveria ter-se dedicado ao mesmo ofício.

Pouco sabemos ainda das atividades artesanais urbanas, em parte devido à natureza perecível dos materiais produzidos, mas também em resultado da sua localização periférica. De facto, é possível dividi-las em duas categorias distintas, consoante se relacionavam com as artes do fogo e exigiam equipamentos como fornos (olaria, metalurgia e produção de vidro), ou os dispensavam, como acontecia com o trabalho da madeira, do osso, dos têxteis ou dos couros. No caso da olaria, e porque os detritos de produção não eram normalmente reciclados, não é raro que as oficinas se situassem fora da área urbana. Assim parece acontecer em *Bracara Augusta*, onde, até ao momento, se podem apenas localizar duas possíveis áreas de olaria, com base na referência a fornos e tanques de decantação, encontrados na zona de Maximinos, infelizmente destruídos (Fig.10). Já a produção de vidro está referenciada na periferia da área urbana, pelo menos em duas áreas. Uma delas laborou entre o período flávio e os finais do século III e é conhecida pelos vestígios procedentes do entulhamento de um poço que forneceu abundantes elementos associados a este tipo de produção⁸⁸. O outro centro situa-se no setor sudeste da cidade (Fig.10), sendo sugerido por abundantes materiais que denunciam o fabrico de vidro, num período situado entre o Alto e o Baixo-Império⁸⁹.

Apesar de não dispormos para este período de dados referentes às oficinas metalúrgicas sabemos que elas devem ter existido, tendo por base os produtos encontrados na cidade, como acontece, concretamente, com a produção de tubos de chumbo, para distribuição de água limpa (*fistulae*). A tecnologia de fabrico destas peças e a sua produção em série, deveriam exigir que as oficinas que as produziam se localizassem em áreas periféricas, uma vez que requeriam amplos espaços de armazenagem. Pelo contrário, os pequenos objetos de adorno, em vidro, bronze ou ouro, poderiam ser produzidos em espaços restritos, designadamente nos pequenos estabelecimentos dispostos ao longo das ruas (*tabernae*), na parte baixa das casas, os quais podiam servir, simultaneamente, para produzir e vender os referidos produtos.

⁸⁸ Esta oficina conhecida pelo nome de Casa do Poço foi parcialmente escavada, mas os seus resultados não lograram testemunhar mais do que a sua existência.

⁸⁹ Cruz 2007.

A construção foi sem dúvida uma das atividades económicas mais importantes da cidade, envolvendo um considerável número de agentes e artesãos, organizados em *collegia*, dedicados a várias especialidades, que trabalhavam a madeira, a pedra, a argila, ou o ferro para produção dos elementos indispensáveis na construção e manutenção dos edifícios.

O comércio era indispensável à economia do Império, mas também das cidades. Sabemos pelos produtos importados, mas também pela epigrafia, que esta atividade está precocemente documentada em *Bracara Augusta*, estando eventualmente a cargo de *negociatores*, que assegurariam o abastecimento da cidade nos produtos que esta não produzia. Entre eles destacam-se os alimentares, como os produtos piscícolas, o azeite e o vinho, transportados em contentores anfóricos. Aqui chegavam também baixelas de mesa em cerâmica fina e outros produtos de exceção, igualmente transacionados ao longo das rotas marítimas e fluviais, complementadas pelas vias terrestres, que uniam entre si as diferentes províncias e cidades do Império. Estes produtos seriam vendidos por retalhistas, muito provavelmente nas inúmeras lojas a que já nos referimos, que comerciavam também os produtos

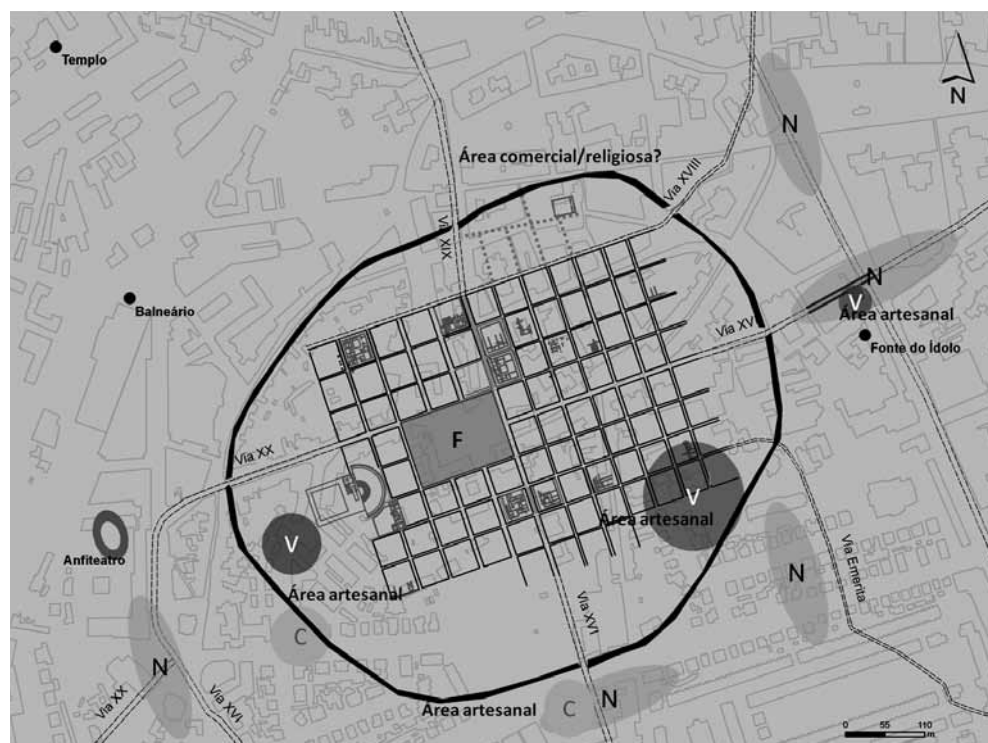


Fig. 10. Planta de *Bracara Augusta* com circuito da muralha e localização de oficinas de produção de cerâmica e vidro.

feitos na cidade, como a baixela de mesa de produção bracarense, ou a louça mais vulgar, chamada de fabrico comum, que incluía diferentes peças de mesa, cozinha, transporte, ou armazenagem. Aí seriam igualmente vendidas as peças de vidro e as lucernas, maioritariamente de fabrico local.

Toda a atividade mercantil era suportada pelo numerário, bem documentado na cidade, acusando a circulação monetária padrões de comportamento semelhantes aos de outras cidades da Hispânia, algo que nos permite afirmar que *Bracara Augusta* estava perfeitamente inserida na economia monetária do Império⁹⁰.

Datará deste período a máxima utilização das diferentes necrópoles identificadas em Braga⁹¹. Entre elas é justo destacar a da Via XVII, situada a nascente da cidade, onde foi possível documentar uma intensa fase de enterramentos associados a recintos e à monumentalização do espaço sepulcral⁹², com a construção de mausoléus e a generalização da prática de dispor as estelas funerárias ao longo da via.

2.3.3. A cidade baixo-imperial

O período correspondente aos finais do século III/inícios do IV representa um momento de grande dinamismo construtivo em *Bracara Augusta*, certamente articulado com a promoção da cidade a capital da nova província da *Gallaecia*, criada por Diocleciano. De facto, este período é assinalado por numerosas remodelações em quase todos os edifícios públicos e privados, registando-se igualmente algumas transformações na topografia urbana. No entanto, o maior investimento construtivo deste período está representado pela construção de uma poderosa fortificação, com características semelhantes às de Lugo, Astorga, León e Gijón⁹³, que se inserem no estilo legionário hispânico, com paralelos noutras províncias ocidentais, designadamente, na Gália, Germânia e Britânia, facto, que permite supor que a construção destas muralhas resultou de uma decisão política de Roma, relacionada com a defesa estratégica das cidades do ocidente do Império⁹⁴.

A realização de diversas escavações em áreas periféricas da cidade saldaram-se em resultados muito significativos para o estudo da muralha, tendo os mais importantes sido obtidos na zona do Fujacal⁹⁵, local onde foi exumado um extenso pano da fortificação, cuja vala de fundação forneceu materiais datáveis entre finais do século III / inícios do IV. A estrutura detetada apresenta uma largura

⁹⁰ Amaral 2007: 74-76

⁹¹ Martins e Delgado 1989/90: 41-186.

⁹² Braga 2010.

⁹³ Lemos *et al.* 2002; 2007.

⁹⁴ Fernández Ochoa 1997.

⁹⁵ Lemos *et al.* 2007.

que oscila entre os 5 e os 6m, exibindo um aparelho irregular, resultante de reparações, algumas das quais datadas do período medieval e moderno. O paramento interno corresponde à face externa de um muro, com uma largura de cerca de 0,90m, enquanto o externo limita o poderoso enchimento da muralha, estruturado e estratificado em camadas de grandes pedras transversais, dispostas sobre leitos compostos por pedra miúda, seixos, tijolo partido, argila e areão granítico. Neste sector da cidade foram ainda descobertos dois torreões semi-circulares, com um diâmetro aproximado de 3,20m, cujos alicerces encaixam no solo natural. No sector norte foram observados vários troços da muralha, junto à Sé Catedral⁹⁶, no logradouro de uma casa da R. D. Paio Mendes e ainda nos alicerces da antiga Casa do Cabido da Sé, na R. D. Diogo de Sousa. Nesta última intervenção foi possível pôr a descoberto parte da face externa da muralha, que oferece um aparelho em *opus quadratum* e os alicerces de um torreão semi-circular que revelou uma fiada de pedras da face construída no mesmo aparelho. Outras intervenções realizadas em zonas periféricas da cidade, com carácter mais pontual, permitiram definir com maior precisão o traçado da muralha, obter elementos cronológicos e confirmar as suas características construtivas.

Tendo em conta o carácter homogéneo da obra, tudo aponta para que a muralha tenha sido construída de forma continuada, como projeto único, sendo quase certo que nela foram usados materiais resultantes do desmonte de habitações, mas também de alguns grandes edifícios públicos, como seria o caso do teatro e do anfiteatro. Também, à semelhança do que ocorre em muitas outras cidades, a muralha integrou um elevado número de inscrições, maioritariamente funerárias, que têm vindo a ser paulatinamente descobertas nas intervenções arqueológicas realizadas.

A construção da muralha provocou alterações na configuração da cidade alto-imperial, deixando extramuros algumas construções que persistiram habitadas. A cidade transformou-se num espaço fechado, acessível apenas por algumas portas, no interior do qual a construção se tornou mais compacta. Lentamente, desapareceram vários eixos de circulação viária, bem como os clássicos pórticos que foram sendo integrados nas construções, conforme foi documentado em praticamente todas as intervenções que puseram a descoberto a totalidade, ou parte das habitações que integravam o tecido urbano *Bracara Augusta*⁹⁷. O desaparecimento dos pórticos e das lojas distribuídas ao longo das ruas sugere uma alteração dos espaços económicos da cidade, os quais poderão ter passado a estar concentrados.

⁹⁶ Fontes *et al.* 1997-98: 139.

⁹⁷ Martins e Fontes 2010: 111-124; Fontes *et al.* 2010.

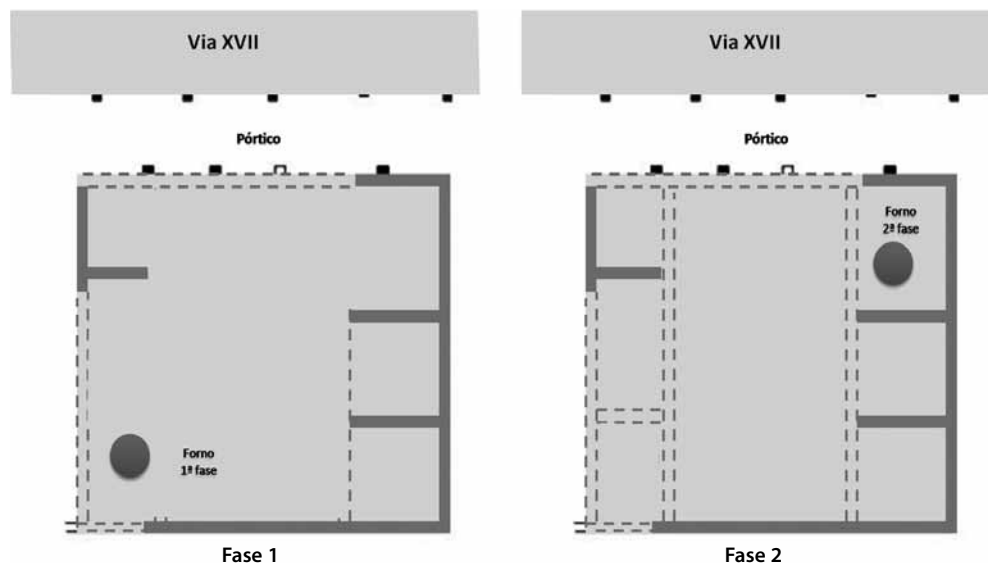


Fig. 11. Planta esquemática da fábrica de vidro encontrada a sul da Via XVII, datada entre os séculos IV e V. Hipótese de evolução do edifício.

A partir dos finais do século III/inícios do IV regista-se uma generalizada remodelação de edifícios públicos e privados.

No que respeita aos edifícios públicos pode referir-se as termas do Alto da Cividade que conheceram uma profunda reformulação naquele período, caracterizada pela transformação da anterior zona quente em zona fria, sendo aberta uma nova área quente na parte oeste do edifício. Finalmente, uma última remodelação deste balneário, situada em meados do século IV, contemplou pequenas alterações na área aquecida, desafetando a área de serviços norte, que passou a ser ocupada por uma nova *palaestra*, inserida na parte norte do corpo do edifício, que substituiu a anterior, localizada a poente⁹⁸.

Tendo por base os dados disponíveis é possível afirmar que o teatro terá deixado de funcionar no século IV, altura em que deve ter começado a ser desmontado, muito embora se tenham identificado ocupações secundárias na basílica norte e nas imediações do muro perimetral, datadas dos séculos V/VI, as quais testemunham a perda de sentido deste edifício de espetáculo. Embora sem dados que o comprovem será de admitir que o anfiteatro possa ter deixado de funcionar igualmente entre finais do século III e inícios do IV, devendo ter sido parcialmente desmontado para a obtenção de pedra para a construção da muralha.

⁹⁸ Martins 2005: 62-65.

O edifício público que se conhece sob a Sé Catedral, de origem alto imperial, sofreu igualmente uma profunda remodelação neste período, transformando-se numa construção mais ampla, associada a um solo de *opus signinum*, com uma cobertura sustentada por pilares. Em data que se admite ser posterior ao século IV este edifício foi remodelado, passando a configurar-se com uma planta basilical, de forma retangular e orientação E/O, com pavimento de argamassa, tipo *opus signinum*, associado a paredes divisórias, pilares e a uma entrada rasgada na parede sul. A morfologia do edifício e os vestígios conhecidos permitem sugerir a sua organização em três naves, formalizando o que se supõe ser a primeira basílica paleocristã da cidade⁹⁹, a qual dotará a cidade de um novo polo de atração que irá condicionar a futura evolução urbana.

As habitações conheceram igualmente uma generalizada remodelação entre finais do século III / inícios do IV, sendo de destacar o avanço das construções sobre os pórticos e a sistemática instalação de balneários privados no seu interior. Assim aconteceu com a *domus* da Escola Velha da Sé, ou com a *domus* de Santiago¹⁰⁰. Na primeira, o pórtico nascente anexo ao cardo máximo foi fechado e integrado na habitação, que sofreu uma profunda remodelação para permitir a instalação de um *balneum*, datando desta fase os restos de mosaicos descobertos em corredores e compartimentos, bem como os vestígios de estuques que recobriam as paredes. Vestígios de mosaicos com a mesma cronologia foram igualmente detetados num tanque central do peristilo da *domus* de Santiago, organizado nesta fase, a partir de um anterior pátio, o qual se conserva no claustro do Seminário do mesmo nome. A habitação parece ter sofrido igualmente uma reforma que permitiu a instalação de um *balneum* a nordeste do peristilo.

A muralha baixo imperial abraçou uma extensa área urbana, com cerca de 48ha, deixando de fora edifícios e áreas artesanais de produção de cerâmica. No entanto, a atividade artesanal de produção de vidro durante o século IV está constatada, tanto intra como extramuros. De facto, permanece em atividade um setor de produção de vidro identificado na zona do Fujacal, de origem Alto Imperial¹⁰¹, ao mesmo tempo que surge uma nova oficina, na parte sul da Via XVII (Fig. 11), a qual irá laborar até ao século V¹⁰². Simultaneamente, terá deixado de funcionar a oficina de produção de vidro identificada como “Casa do Poço”, cuja área se viu integrada no espaço intramuros.

⁹⁹ Fontes *et al.* 1997-98: 145.

¹⁰⁰ Magalhães 2010.

¹⁰¹ Cruz 2000; 2007.

¹⁰² Martins *et al.* 2010.

Tendo em conta os dados disponíveis parece-nos possível considerar que as atividades artesanais que exigiam as artes do fogo, designadamente a cerâmica e o vidro, se situavam preferencialmente fora do perímetro fortificado, com exceção da área do Fujacal que se situaria na periferia da cidade, mas intramuros.

O nosso conhecimento sobre as áreas extramuros durante o século IV é ainda reduzido. Sabemos que a Via XVII sofreu uma nova repavimentação entre finais do século III/inícios do IV, o que demonstra a importância daquele eixo viário ainda no Baixo-Império¹⁰³. Simultaneamente, a área utilizada da necrópole desloca-se mais para nascente, sendo escassos os enterramentos conhecidos que podemos atribuir seguramente ao século IV¹⁰⁴. A este período podem pertencer as sepulturas de inumação encontradas na necrópole da Rodovia¹⁰⁵, bem como as que foram identificadas na necrópole do Campo da Vinha, na R. Alferes Ferreira¹⁰⁶.

Apesar das mudanças ocorridas no tecido urbano, decorrentes da construção da muralha, parece hoje indiscutível que *Bracara Augusta* conheceu um enorme florescimento económico, político e cultural, ao longo do século IV, algo que decorre das suas novas funções enquanto capital provincial e sede de Bispado, que reforçaram a sua centralidade no novo quadro da organização provincial da Hispânia romana, criado pelos imperadores da Tetrarquia. A arqueologia dá-nos numerosos testemunhos que documentam uma intensa atividade construtiva, tanto em espaços públicos como privados e uma perfeita continuidade na produção artesanal e das importações, referenciadas por vários produtos oriundos de diferentes províncias do Império que demonstram a continuidade do funcionamento da rota atlântica.

À dinâmica cidade do século IV sucede a não menos dinâmica urbe do século V, que manteve a sua importância administrativa, religiosa e económica, apesar de ter passado a integrar o reino suevo como sua capital¹⁰⁷.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dezenas de intervenções arqueológicas realizadas em Braga ao longo dos últimos trinta e cinco anos revolucionaram por completo o conhecimento relativo a esta importante cidade do NO peninsular, deficientemente referida nas fontes documentais da Antiguidade. De facto, foram as escavações urbanas que permitiram documentar o traçado ortogonal da cidade romana, tipificar alguns dos seus equipamentos públicos e privados, delimitar a sua mancha de ocupação, identificar

¹⁰³ Martins *et al.* 2010; Fontes *et al.* 2010.

¹⁰⁴ Braga 2010.

¹⁰⁵ Martins e Delgado 1989-90: 151-155.

¹⁰⁶ Martins e Delgado 1989-90: 155 e 158.

¹⁰⁷ Fontes *et al.* 2011.

as suas necrópoles e fases de utilização e caracterizar os diferentes aspetos da sua sociedade e economia.

Um dos contributos mais importantes fornecidos pela arqueologia relaciona-se com o reconhecimento da precoce planificação da cidade, datável da época de Augusto, ocorrida muito provavelmente em simultâneo com a implantação do cadastro rural e a abertura das principais vias que ligaram a cidade ao exterior. No entanto, são ainda escassos os vestígios construtivos que se reportam às primeiras décadas da vida da cidade, seguramente já ocupada entre os anos 4 e 3 a.C., tendo por base testemunhos epigráficos e os primeiros enterramentos realizados na necrópole da Via XVII.

Pese embora a escassez e o carácter fragmentário do edificado anterior ao período flávio sabemos que a área situada nas imediações do *forum* foi a primeira a ser ocupada, muito embora ao longo da dinastia júlio-cláudia se deva ter densificado a mancha de ocupação dos diferentes quarteirões que compunham o espaço urbano, conforme parece documentado pela dispersão dos materiais correspondentes à primeira metade do século I.

A arquitetura pública e privada dos períodos flávio e antonino exhibe uma boa qualidade técnica e reproduz modelos que se enquadram perfeitamente nos padrões técnicos e construtivos da arquitetura romana, ainda que se adaptem à utilização das matérias-primas disponíveis, entre as quais domina o granito, explorado nas máximas potencialidades da sua diversidade. Por sua vez, as construções públicas, sobretudo ligadas ao ócio e ao espetáculo, como as termas, o teatro e o anfiteatro, revelam a importância que *Bracara Augusta* assumiu no contexto do programa de urbanização do NO peninsular, iniciado por Augusto e que atingiu a sua máxima expressão no século II. A intensa atividade edilícia assinalada entre a época flávia e a antonina surge-nos, assim, como uma expressão da capacidade financeira das elites bracarenses para monumentalizar a cidade com equipamentos carismáticos, os quais documentavam, também, a importância administrativa e económica que *Bracara Augusta* protagonizou, logo desde a sua fundação, no contexto regional e provincial.

À semelhança do que aconteceu em muitas outras cidades do ocidente do Império, a maioria das casas identificadas em *Bracara Augusta* data dos finais do período júlio-cláudio e da época flávia, sendo de considerar que esse fato documenta o progressivo enriquecimento da cidade e das suas elites, que dispunham já então dos necessários dividendos para construir habitações de pedra, que adotaram, generalizadamente, os cânones itálicos de inspiração helenística. Importa ainda reforçar a ideia de que, quer o urbanismo, quer a arquitetura de *Bracara Augusta* se formalizaram ao longo dos séculos, num processo dinâmico, alimentado por sucessivos projetos edilícios, que foram estruturando um tecido urbano em perma-

nente evolução, de acordo com novas necessidades, gostos e conjunturas. Embora a arqueologia não forneça senão retalhos e evidências descontínuas e fragmentárias desse processo, é certo que só ela poderá fornecer os elementos indispensáveis para avaliarmos e refletirmos sobre a natureza das transformações sofridas pela cidade ao longo da sua ocupação.

Para finalizar, e em jeito de conclusão, poderíamos considerar que, independentemente da origem indígena da grande maioria dos seus habitantes e, também, das suas elites, *Bracara Augusta* desenvolveu-se como um centro urbano socialmente eclético e economicamente dinâmico, reproduzindo, pelo menos a partir do período flávio, os cânones construtivos e culturais, característicos da *romanitas*, não por imposição, mas antes por vontade das suas elites, de origem maioritariamente indígena, que souberam usar os hábitos e a cultura romana como forma de manter o seu poder e aumentar o seu prestígio, numa nova ordem social, económica e política representada pelo Império Romano.

BIBLIOGRAFIA

- Abásolo Álvarez, J. A., El Mundo Funerario Romano en el Centro y Norte de Hispana: aspectos diferenciales, in Vaquerizo, D. (ed.), *Actas del Congreso Internacional Espacios y Usos Funerarios en el Occidente Romano*, Seminario de Arqueología da Universidad de Córdoba, Vol. I, Córdoba, 2002: 145-162.
- Alarcão, J., *Roman Portugal*. Warminster, Aries & Philips Ltd, 1988.
- Alföldy, G., Um “cursus” senatorial de Bracara Augusta, *Revista de Guimarães*, vol. VXXVI, n°s 1-2, Guimarães, 1966: 363-372.
- Alföldy, G., *Fasti Hispanienses. Senatorische Reichsbeamte und Offiziere in den spanischen provinzen des römischen Reiches von Augustus bis Diokletian*, Wiesbaden, 1969.
- Amaral, L., *As moedas das Carvalheiras*, in M. Martins (coord.), *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 3, UAUM / Narq, Braga, 2007.
- Bedon, P., *Les villes des trois Gaules de César à Néron dans leur contexte historique, territorial et politique*, Paris, 1999.
- Bedon, R., Chevalier, R e Pinon, P., *Architecture et Urbanisme en Gaule Romaine. 1 e 2*, Collection des Hespérides, Editions Errance, Paris, 1988.
- Braga, C., *Rituais funerários em Bracara Augusta: o novo núcleo de necrópole da Via XVII*, Dissertação de Mestrado (policopiada), Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13913>
- Bravo Castañeda, G., *Hispania. La epopeya de los romanos en la Península*, La Esfera de los Livros, Madrid, 2007.
- Carvalho, H., *O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis*, Dissertação de doutoramento (policopiada). Universidade do Minho, Braga, 2008. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/87555>
- Coulon, G. e Golvin, J. C., *Voyage en Gaule Romaine*, Editions Errance, Paris, 2006.
- Cruz, M., *Vidros romanos de Bracara Augusta*. Dissertação de Mestrado (policopiada), Universidade do Minho, Braga, 2001.

- Cunha, A.; Encarnação, J.; Lemos, F. S., Ara aos Lares Viales, de *Bracara Augusta, Forum*, 37, Braga, 2005: 147-155.
- DeLaine, J., Bathing and society, in DeLaine, J.; Johnston, D. E. (eds). *Roman Baths and Bathing*. Proceedings of the First International Conference on Roman Baths, Journal of Roman Archaeology, SS 37, Portsmouth, Rhode Island, 1999: 7-16.
- Dinis, A. P., *Ordenamento do território da bacia do Ave no I milénio a. C.*, Dissertação de Mestrado (policopiada), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1993.
- Dopico Caínzos, M. D., Los *conventus iuridici*. Oríem, cronologia y naturaleza histórica, *Gérion*, 4, 1986: 265-283.
- Dopico Caínzos, M. D., *La Tabula Lougeiorum. Estudios sobre la implantación romana en Hispania*, Vitoria, 1988.
- Dopico Caínzos, M. D., A transformação dos pobos do noroeste hispânico na época de Augusto: a evidência epigráfica, in Dopico Caínzos, D., Villanueva Acuña M. e Rodríguez Alvarez (eds.), *Do castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, 2009: 31-53.
- Elena, G. A.; Mar, R.; Martins, M., *A Fonte do Ídolo: análise, interpretação e reconstituição do santuário*, Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas, 4, UAUM/Narq, Braga, 2008.
- Fernández Ochoa, C., *La muralla romana de Gijón (Asturias)*, Madrid, 1997.
- Fontes, L. F.; Lemos, F.S. ; Cruz, M., "Mais Velho" que a Sé de Braga. Intervenção arqueológica na catedral bracarense: notícia preliminar, *Cadernos de Arqueologia*, 14/15, série II, Braga, 1997-98: 137-164. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10299>
- Fontes, L.; Martins, M.; Ribeiro, M.; Carvalho, H. P., A cidade de Braga e o seu território nos séculos V-VII, in *Actas do Congresso Espacios Urbanos en el Occidente Mediterráneo, ss. VI-VIII*, Toledo (Set./Out. 2009), Toledo, Toletum Visigodo, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13377>
- Fontes, L.; Martins, M.; Andrade, F. *Salvamento de Bracara Augusta: quarteirão dos CTT – interligação Túnel Avenida da Liberdade (BRA 09 CTT-ITAVL): relatório final*, Trabalhos arqueológicos da UAUM/memórias, Memórias 2, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10143>
- Fontes, L.; Martins, M.; Sendas, J.; Catalão, S. *Salvamento de Bracara Augusta: ampliação do túnel da Avenida da Liberdade (BRA 08-09 TAVL), Relatório final*, Trabalhos arqueológicos da UAUM/memórias, Memórias 7, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/11048>
- Gaspar, A., Escavações arqueológicas na Rua de N. Sra. do Leite, em Braga. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nº2, Braga, 1985: 51-125.
- González Ruibal, A., *Arqueología del Primer Milenio en el Noroeste de la Península Ibérica*, Brigantium 18-19, Tomos I-II, Museu Arqueológico e Histórico, A Coruña, 2006-07.
- Grau, L. A.; Hoyas, J. L. (eds.), *El bronce de Bembibre: un edicto del emperador Augusto del año 15 a.C.*, León, 2001.
- Le Roux, P., Aux Origines de Braga (*Bracara Augusta*). *Bracara Augusta*, Braga, 1975: 155-157.
- Le Roux, P., *Bracara Augusta*, ville Latine, *Atas do I Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, 34 (1-2), SPAE, Porto, 1994: 229-241.
- Lemos, F.S., *Bracara Augusta – A Grande Plataforma viária do Noroeste Peninsular*, *Forum*, 31, Braga, 2002: 95-127.

- Lemos, F. S., A transformação do habitat e da paisagem castreja no contexto da romanização: o exemplo dos grandes castros, in Dopico Caínzos, D., Villanueva Acuña M. e Rodríguez Álvarez (eds.), *Do Castro á Cidade. A romanización na Gallaecia e na Hispânia indoeuropea*, Lugo, 2009: 109-141.
- Lemos, F.S. e Leite, J. M. F., Trabalhos Arqueológicos no logradouro da Casa Grande de Santo António das Travessas, *Forum*, 27, Braga, 2000:15-38.
- Lemos, F.S.; Leite, J.M.F.; Bettencourt, A.M.S.; Azevedo, M., O balneário pré-romano de Braga, *Al madan*, 12, Lisboa, 2003: 43-46.
- Lemos, F.S.; Leite, J.M.F e Cunha, A., A muralha romana (Baixo Império) de *Bracara Augusta*, in Rodríguez Colmenero, A. e I. Rodá de Llanza (eds.), *Actas del Congreso Internacional Murallas de ciudades romanas en el Occidente del Imperio. Lucus Augusti como paradigma*, Lugo, 2007: 329-341.
- Lemos, F. S.; Cruz, G.; Fonte, J., Estruturas de banhos do território do Bracari: os casos de Briteiros e de Braga, Fervêdes, 5, in *Actas do I Congresso Internacional de Arqueologia de Villalba*, Villalba, 2008: 319-328.
- Magalhães, F., *Arquitectura doméstica em Bracara Augusta*, Dissertação de Mestrado (policopiada), Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13619>
- Mar, R., Las termas de tipo medio en Ostia y su inserción en el espacio urbano. Estudio Preliminar, *Italica*, 18, 1990: 31-77.
- Martial, M. e Tranoy, L., *La France gallo-romaine*, La Decouverte, Paris, 2008.
- Martins, M., Moldes de sítulas com decoração geométrica, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nº5, Braga, 1988: 23-33.
- Martins, M., *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia, Monografias 5, Braga, 1990.
- Martins, M., A zona arqueológica das Carvalheiras. Balanço das escavações e interpretação do conjunto. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nºs14-15. Braga, 1997-98: 23-46.
- Martins, M., *As termas romanas do Alto da Cividade. Um exemplo de arquitectura pública em Bracara Augusta*, in M. Martins (coord.), *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 1, UAUM / Narq, Braga, 2005.
- Martins, M. e Delgado, M., As necrópoles de *Bracara Augusta*. A. Os dados arqueológicos, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nºs 6/7, Braga, 1989-90: 41-186. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/10272>
- Martins, M. e Lemos, F. S., Duas décadas da vida de um projecto: o Salvamento de *Bracara Augusta*. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nºs 14-15, Braga, 1997-98: 9-22.
- Martins, M.; Lemos, F. S.; Pérez Losada, F., O povoamento romano no território dos galaicos bracarense, in *Actas do Colóquio Internacional Unidad y Diversidad en el Arco Atlantico*, Gijón, BAR IS1371, 2005: 279-296.
- Martins, M.; Ribeiro, R.; Magalhães, F., A arqueologia em Braga e a descoberta do teatro romano de *Bracara Augusta*. *Forum*, 40. Braga, 2006: 9-30. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/13345>
- Martins, M.; Fontes, L.; Braga, C.; Braga, J.; Magalhães, F.; Sendas, J., *Salvamento de Bracara Augusta : quarteirão dos CTT – Avenida da Liberdade (BRA 08-09 CTT). Relatório final*, Trabalhos arqueológicos da UAUM/memórias, Memórias 7, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/11488>
- Martins, M. e Fontes, L., *Bracara Augusta*. Balanço de 30 anos de investigação arqueológica na capital da Galécia romana, in Simulacra ROMAE II. Rome, les capitales de province (capita prouinciarum) et la création d'un espace commun européen. Une approche archéologique (Reims, Novembro de 2008), *Bulletin de la Societé archéologique champenoise*, Mémoire n.19, Reims, 2010:111-124.

- Martins, M.; Ribeiro, M.C.; Baptista, J. M., As termas públicas de *Bracara Augusta* e o abastecimento de água da cidade romana, in *Actas del Seminario Internacional Aquae Sacrae. Agua y Sacralidade en la Antigüedad*, Girona, 2011: 69-101.
- Millet, M., Romanization: historical issues and archaeological interpretation, in Blagg, T. and Millett, M. (eds.) *The Early Roman Empire in the West*, Oxbow Books, Oxford, 1990: 35-44.
- Millet, M., Roman interaction in North-western Iberia, *Oxford Journal of Archaeology*, 20 (2), Oxford, 2001: 157-170.
- Morais, R., Importações de cerâmicas finas em *Bracara Augusta*: da fundação até à época flávia. *Cadernos de Arqueologia*, Série II, nºs 14/15, Braga, 1997-98: 47-136.
- Morais, R. M. L., Breve ensaio sobre o anfiteatro de *Bracara Augusta*, *Forum*, 30, Braga, 2001: 55-76.
- Morais, R., O Tesouro Romano em Prata de *Bracara Augusta*, *Conimbriga*, XLI, Coimbra, 2002: 219-235.
- Morais, R. M. L., *Autarcia e Comércio em Bracara Augusta. Contributo para o estudo económico da cidade no período Alto-Imperial*, *Bracara Augusta. Escavações Arqueológicas*, 2, UAUM/Narq, Braga, 2005.
- Morais, R. M. L., Uma mulher singular em *Bracara Augusta*, *Forum*, nºs 44-45, Braga, 2009-2010: 121-133.
- Nielsen, I., Roman Baths and Urban Society, in *Actas del XIV Congreso Internacional de Arqueología Clásica*, Tarragona, 1993: 308-309.
- Pereira Menault, G., Los castella y las comunidades de Gallaecia, in *II Seminario de Arqueologia del Noroeste*, Madrid, 1983: 169-192.
- Perring, D., Domestic architecture and social discourse in Roman towns, Mac Mahon, A. e Price, J. (eds), *Roman Working Lives and Urban Living*, Oxbow Books, Oxford, 2009: 18-28.
- Ribeiro, J., *Arquitectura romana em Bracara Augusta: uma análise das técnicas edilícias*, Dissertação de doutoramento (policopiada), Universidade do Minho, Braga, 2010. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/12232>
- Ribeiro, M. C., *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Dissertação de doutoramento (policopiada). Universidade do Minho, Braga, 2008. Disponível em <http://hdl.handle.net/8113/4>
- Rodrigues, M. C. L. B.; Alfenim, R. A. E.; Lebre, A. G., Escavação arqueológica de emergência no cruzeiro do transepto da Sé de Braga, notícia preliminar, in *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, I, Faculdade de Teologia /Cabido da Sé, Braga, 1990: 173-188.
- Rodríguez Colmenero, A.; Covadonga Carreño, M., *Lucus Augusti*, Capital romana del finisterre hispánico, in *Actas da Mesa Redonda, Emergência e Desenvolvimento das cidades romanas no norte da Península Ibérica*, Lugo, 1990: 115-132.
- Sánchez Palencia, F. J.; Mangas J., *El Edicto del Bierzo: Augusto y el NO de Hispania*, Léon, 2000.
- Santiago Montero, S.; Sabino Perea, S., Augusto y el bidental de *Bracara* (ad. CIL II, 2421), in J. M. Blázquez, J. Alvar (eds.), *La Romanización en Occidente*, Editorial Actas, Madrid, 1996: 299-319.
- Sevillano Fuertes, A.; Vidal Encinas, J. M., *Urbs Magnífica. Una aproximación a la Arqueología de Asturica Augusta Astorga, León*, Museo Romano (Guía-Catálogo), Astorga, 2002.
- Silva, A. C. F., *A cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Museu arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, 1986.
- Silva, A. C.F.; Machado, J., Banhos castrejos do Norte de Portugal, Pedra Formosa, Arqueologia Experimental, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / Museu Nacional de Arqueologia, V. N. Famalicão, 2007: 20-60.
- Tranoy, A., Religion et Société à *Bracara Augusta* (Braga), au Haut Empire romain, in *I Seminário de Arqueologia do NO Peninsular*, 3, Guimarães, 1980: 67-83.

- Tranoy, A., *La Galice romaine. Recherches sur le Nord Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Diffusion du Bocard, Paris, 1981.
- Tranoy, A. e Le Roux, P., As necrópoles romanas de *Bracara Augusta* – Les inscriptions funéraires, *Cadernos de Arqueologia*, 6-7, UAUM/MDDS, Braga, 1989-90:183-230.
- Vasconcelos, J. L., *Religiões da Lusitânia*, III, Lisboa, 1913.
- Woolf, G., *Becoming Roman. The Origins of Provincial Civilization in Gaul*, Cambridge University Press, 1998.
- Zabaleta Estévez, M. del Mar, Hallazgos Numismáticos de los comienzos de *Bracara Augusta*, in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, VI, Adicap, Porto, 2000: 395-399.

RESUMO: O presente trabalho pretende analisar os contributos fornecidos pela arqueologia urbana realizada em Braga nos últimos 35 anos que permitem abordar a evolução da cidade romana de *Bracara Augusta*, entre a sua fundação, nos finais do século I a.C. e o século IV.

Tendo por base os conhecimentos disponíveis discute-se o contexto histórico e político que conduziu à criação das cidades do NO Peninsular, procede-se a uma avaliação da ocupação pré-romana do território onde foi implantada a cidade de *Bracara Augusta*, analisam-se os vestígios arqueológicos associados à precoce implantação de um traçado ortogonal e valorizam-se os dados materiais e epigráficos relacionados com a primitiva ocupação da nova urbe. Tendo por base os testemunhos construtivos, bem como os artefactos e as inscrições conhecidas procede-se, de seguida, a uma análise da arquitetura pública e privada, numa perspectiva diacrónica, em articulação com diferentes aspectos relacionados com a economia e a organização social.

Palavras-chave: *Bracara Augusta*, Evolução urbana, Arquitetura romana, Economia romana, Sociedade.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the input provided by urban archeology carried out in Braga in the past thirty-five years able to approach the evolution of the Roman town of *Bracara Augusta*, between its foundation at the end of the first century BC and the fourth century AD.

With reference to the available knowledge we discuss the historical and political background which led to the creation of Northwestern Augustan cities, we proceed to an evaluation of pre-Roman occupation in the territory where *Bracara Augusta* was settled, we analyze the archaeological remains related to early implantation of a orthogonal grid and we valorize both material and epigraphic data relating to the original occupation of the new site. Based upon the constructive evidence, as well as the known artifacts and inscriptions we then evaluate the public and private architecture on a diachronic perspective, in connection with various remains related to the economy and social organization.

Keywords: *Bracara Augusta*, Urban evolution, Roman architecture, Roman economy, Society.